

Luiz Roberto Barbosa

**A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA
CATARINA EM AÇÕES JUNTO A INSTITUIÇÕES VOLTADAS
PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM
FASE ADULTA**

Dissertação submetida ao Programa de
Mestrado Profissional em
Administração Universitária da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Gestão Universitária.
Orientador: Prof. Dr. Luis Moretto
Neto

Florianópolis
2012

Catálogo na fonte pela Biblioteca Universitária
da
Universidade Federal de Santa Catarina

B238p Barbosa, Luis Roberto

A participação da Universidade Federal de Santa Catarina em ações junto a instituições voltadas para portadores de deficiência intelectual em fase adulta [dissertação] / Luis Roberto Barbosa ; orientador, Luis Moretto Neto. - Florianópolis, SC, 2012.

1 v.: il., grafs., tabs.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-Graduação em Administração.

Inclui referências

1. Administração. 2. Inclusão social. 3. Universidades e faculdades. 4. Cooperativismo. I. Moretto Neto, Luis. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração. III. Título.

CDU 65

Luiz Roberto Barbosa

A PARTICIPAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM AÇÕES JUNTO A INSTITUIÇÕES VOLTADAS PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL EM FASE ADULTA

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Gestão Universitária e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária

Florianópolis, 07 de maio de 2012.

Prof. Pedro Antônio de Melo, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof. Luis Moretto Neto, Dr.
Orientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Paulo Otolini Garrido, Dr.
Coorientador
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. ^a Dra. Carla Cristina Dutra Búrigo
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof. Dr. Sérgio Luis Allebrandt
UNIJUI

Prof. Dr. Alexandre Marino Costa
Universidade Federal de Santa Catarina

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer a Cooperativa Social de Pais e Amigos de Portadores de Deficiência (COEPAD), em especial, ao seu presidente Sr. Aldo Brito, e a todos os cooperados que me deram o privilégio de com eles conviver e aprender muito durante a trajetória de construção deste trabalho, dando-me coragem e vontade de não desistir.

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina por ter me proporcionado a oportunidade, de através do ser trabalho, poder ser útil à sociedade e ao Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU) por ter pessoas dedicadas e comprometidas com os servidores desta instituição. Assim como a todos os professores que participaram na pesquisa respondendo aos questionários.

Agradeço ao meu orientador pela sua presença constante, paciência e amizade e aos professores que participaram de minha banca pela disponibilidade e disposição nos momentos solicitados.

De modo especial, expresso minha gratidão a minha família, minha esposa Tânia, minhas filhas Mariana e Isabela, ao meu genro Rodrigo pelo incentivo e apoio, e ao meu neto Thiago que trouxe muita inspiração e alegria a todos nós.

Todos os seres humanos nascem livres e iguais em
dignidade e direitos... (Art. 1º)
(Declaração Universal dos Direitos Humanos,
1948)

RESUMO

O presente trabalho busca analisar qual a contribuição da Universidade Federal de Santa Catarina -UFSC em ações junto às instituições voltadas para portadores de deficiência intelectual em fase adulta, sob a perspectiva dos docentes da Universidade. Nenhum componente teórico oferecido em diversas cadeiras ofertadas pelos cursos de psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, dentre outros, pode prescindir da vivência prática e um projeto de apoio e socialização de portadores de deficiência intelectual não pode atingir plenamente seus objetivos sem a colaboração de profissionais qualificados. Nesta perspectiva, foi analisado o caso da Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência – COEPAD em parceria com a UFSC e procura-se lançar luzes sobre as formas de aprofundar e incrementar esse vínculo Universidade-ação social. Para fundamentar o estudo foram apresentadas considerações sobre temas como gestão social, inclusão social e aspectos históricos e legais da deficiência intelectual, em âmbito regional e nacional. Em termos conceituais houve apropriação de estudos e pesquisas desenvolvidas por autores como Fernando Tenório (1998, 2008), Romeu Sasaki (2005, 2007), além da Constituição Brasileira e documentos de órgão governamentais e não governamentais voltados ao apoio de ações pedagógicas aos portadores de deficiência intelectual em fase adulta. A pesquisa é caracterizada como descritiva e como um estudo de caso. Para coleta dos dados foram utilizadas a pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários e docentes dos cursos de libras, psicologia, fonaudiologia, serviço social, pedagogia e educação física, entendidos como atores potenciais no desenvolvimento de ações junto a deficientes intelectuais. Dentre as principais conclusões obtidas no desenvolvimento deste estudo destacam-se que os docentes da UFSC reconhecem a importância do tema, ainda que o mesmo seja pouco trabalhado em atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro da instituição. Quanto às atividades desenvolvidas em âmbito acadêmico, constatou-se que as mesmas ainda são pouco percebidas pela comunidade acadêmica. Acredita-se que seja necessário um movimento de sensibilização e mobilização de todos os atores institucionais, para que iniciativas que integrem Universidade e sociedade civil possam ser realizadas, visando promover ações efetivas junto aos deficientes intelectuais e a superação dos paradigmas assistencialista e paternalista que permeiam o tema.

Palavras-chaves: Inclusão social, Universidade, cooperativismo social.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the contribution of the Federal University of Santa Catarina – UFSC in action with institutions that works with intellectual disabilities adult's, in perspective of the University professors. Nether theoretical component taught in innumerous of courses as psychology; speech; physiotherapy; among others, can't exist without the empiric work nor a project that assist and help to socialize the intellectual disabilities. As well, can't achieve they're goals without the collaboration of qualified professionals. Accordingly, was analyzed the case of the Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência - COEPAD in partnership with the University (UFSC) seeking spread lightness deepen the ways and the linkages with the Social Action-University. To ground the study were present considerations about issues as social management, social inclusion, and history and legal aspects of intellectual disability, in regional and national scope. As conceptual themes, was choose studies and researches developed by authors as Fernando Tenório, Romeu Sassaki, beyond the Brazilian Constitution, government and nongovernment documents oriented to support pedagogical actions with the intellectual disabilities adult's. The research is characterized as descriptive and case study. To collect the data were used the bibliographic, documental method, and a survey with professors of the courses Libras, Psychology, Speech, Social Service, Pedagogy, and Physical Education, as know the potential actors to develop actions with the intellectual disabilities. Among the main conclusions obtained at the development of this study, stands out that the teachers of UFSC recognize the importance of the subject, even knowing that the issue is poorly worked in activities in teaching, research and extension in the institution. In the activities developed at an academic scope, it was found that their' poorly know by the academic community. It is believed that is necessary an activity and a sensitizing of all the institutional actors of institution, for initiatives that integrate the University and the Civil Society become true, seeking to promote effective actions among the intellectual disabilities and the overcoming of the welfare and the paternalist paradigm's that round the theme.

Keys words: Social Inclusion, University, social cooperativeness

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Logo coepad	55
Figura 2 – Espaço de comercialização da coepad no centro de eventos da ufsc.	57
Figura 3 – Cooperados da coepad	58
Figura 4– Produtos confeccionados por cooperados da coepad	59
Figura 5– Produtos confeccionados por cooperados da coepad	60
Figura 6– Cooperados da coepad	61
Figura 7 – Cooperados da coepad	61
Figura 8 – Canudo de formatura feito por cooperados da coepad	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Percentual de pessoas com deficiência no brasil.	20
Gráfico 2 – Distribuição por tipo de deficiência no brasil	20
Gráfico 3 - Percentual de docentes efetivos	63
Gráfico 4 - Idade dos docentes entrevistados.	64
Gráfico 5 - Centros em que os docentes ministram aulas	64
Gráfico 6 – Como os docentes veem a inclusão de pessoas deficientes no mercado.	66
Gráfico 7 – Papel da universidade perante os portadores de deficiência	67
Gráfico 8 - Abordagem do tema na universidade pelos professores.	68
Gráfico 9 - Abordagem do tema na universidade pelos professores.	69
Gráfico 10 – Participação discente em projetos de pesquisa/extensão.	70
Gráfico 11 – Vontade de participar do docente em projetos de pesquisa/extensão.	70
Gráfico 12 – Conhecem as ações da coepad?	71
Gráfico 13 – Conhecimento da utilização de produtos da coepad na ufsc.	71

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	19
1.1 OBJETIVOS	23
<i>1.1.1 Objetivo Geral</i>	<i>23</i>
<i>1.1.2 Objetivos específicos</i>	<i>23</i>
1.2 JUSTIFICATIVA	23
1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO	25
2 REFERENCIAL TEÓRICO	27
2.1 GESTÃO SOCIAL	27
2.2 INCLUSÃO SOCIAL	29
2.3 O PORTADOR DE NECESSIDADES INTELECTUAIS: CONCEITO E BREVE HISTÓRICO DA LEGISLAÇÃO	31
2.4 A SITUAÇÃO DO PORTADOR DE NECESSIDADES INTELECTUAIS NOS CONTEXTOS INTERNACIONAL E NACIONAL	34
<i>2.4.1 Contexto Internacional</i>	<i>34</i>
<i>2.4.2 Contexto Nacional</i>	<i>37</i>
2.5 AS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES INTELECTUAIS NO BRASIL	42
2.6 REGIONALIZANDO: A SITUAÇÃO DO PORTADOR DE NECESSIDADES INTELECTUAIS EM FLORIANÓPOLIS	43
2.7 COOPERATIVAS SOCIAIS	44
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	47
3.1 TIPO DE PESQUISA E MÉTODO	47
3.2 UNIVERSO DA PESQUISA E OBJETO DE ESTUDO	48
3.3 COLETA DE DADOS	50
3.4 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	51
3.5 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	52
4 ESTUDO DE CASO	53
4.1 A UFSC E SUA RELAÇÃO COM PROJETOS DE INCLUSÃO DE DEFICIENTES INTELECTUAIS	53
4.2 COOPERATIVA SOCIAL DE PAIS E AMIGOS DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA - COEPAD	55
4.3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE QUANTITATIVA DOS QUESTIONÁRIOS	62
4.4 INFORMAÇÕES SOBRE A AMOSTRA	63
<i>4.1.1 Professores Efetivos e Substitutos</i>	<i>63</i>
<i>4.1.2 Faixa etária dos docentes</i>	<i>64</i>
<i>4.1.3 Centro o qual o docente participa</i>	<i>64</i>
<i>4.1.4 Curso vinculado pelo docente</i>	<i>65</i>

4.5 ANÁLISE DAS QUESTÕES REFERENTES AOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL	65
<i>4.5.1 Conhecimento de portadores de deficiência intelectual</i>	<i>65</i>
<i>4.5.2 Percepção da inclusão de pessoas com deficiência intelectual</i>	<i>66</i>
<i>4.5.3 Interpretação do papel da universidade.</i>	<i>67</i>
<i>4.5.4 Contribuições da universidade para os deficientes intelectuais</i>	<i>67</i>
<i>4.5.5 Abordagem do tema deficiência na universidade pelos professores</i>	<i>69</i>
<i>4.5.6 Participação docente e discente de estudos sobre deficiência</i>	<i>70</i>
4.6 CONHECIMENTO DAS AÇÕES DA COEPAD	71
4.7 CONSIDERAÇÕES SOBRE A ANÁLISE QUANTITATIVA	72
4.8 ANÁLISE QUALITATIVA DOS QUESTIONÁRIOS	73
5 CONCLUSÕES	81
5.1 RECOMENDAÇÕES	83
REFERÊNCIAS	85
APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO	93

1 INTRODUÇÃO

O anseio de pertencimento social, ser e fazer parte da sociedade são notadamente um privilégio restrito às camadas orgânicas do tecido societário, que exclui grande parte da população, que não tem acesso a direitos básicos, como saúde, educação e trabalho. A situação se agrava no tocante à parcela da população portadora de deficiências físicas e/ou intelectuais, tradicionais vítimas de preconceito e exclusão social, criando uma lacuna social não atendida suficientemente pelo estado, e tampouco pelo mercado.

A Organização das Nações Unidas (ONU) criou em 1982 o Programa de Ação Mundial para Pessoas com Deficiências. Este programa considera que a pessoa portadora de deficiência é aquela que apresenta, em caráter permanente, perdas ou anormalidades de sua estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, que gerem incapacidade para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal do ser humano. A ONU defende a igualdade de condições, bem como melhorias na condição de vida dessas pessoas e estabelece diretrizes que asseguram os direitos individuais e sociais dos portadores de deficiência a serem seguidas pelos estados membros. (PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS, 1982)

A ONU estima que mais de 500 milhões de pessoas sejam portadoras de deficiência em todo o mundo, sendo que 70% se encontram em países em desenvolvimento, e somente 1% a 2% tem acesso a programas de reabilitação, incluindo educação especial e capacitação profissional. No Brasil, a estimativa da Organização Mundial da Saúde é que existam, no mínimo, 7,2 milhões de deficientes intelectuais, 2,9 milhões de deficientes físicos, 2,2 milhões de deficientes auditivos, e 725 mil deficientes visuais. (ONU, 2010). No Brasil, segundo o censo 2000 a distribuição de pessoas com deficiência se apresentava da seguinte forma:

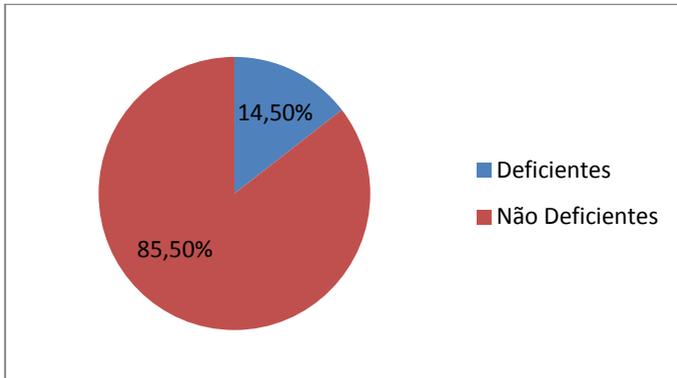


Gráfico 1 - Percentual de pessoas com deficiência no Brasil.

Fonte: IBGE (2000)

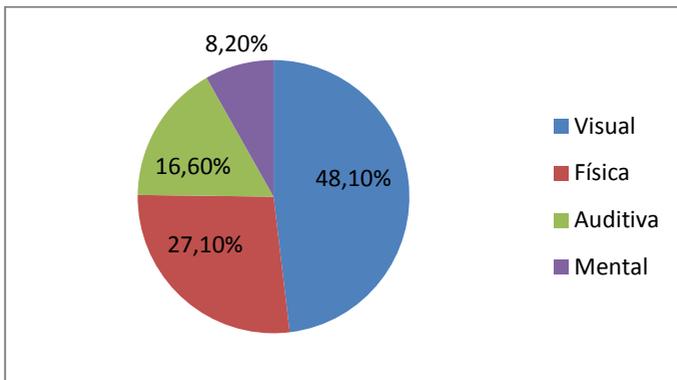


Gráfico 2 – Distribuição por tipo de deficiência no Brasil

Fonte: IBGE (2000)

A atuação do poder público na assistência aos deficientes é encontrada com maior nitidez em leis, como as que prevêm a participação de deficientes no mercado de trabalho, ou em ações de saúde pública e assistência social. Indiretamente verifica-se a presença governamental por meio do auxílio financeiro às entidades não governamentais e religiosas.

Frente a essa realidade, a cada dia, mais empresas buscam se alinhar na lei Nº. 8.213, de 24 de julho de 1991, chamada “Lei de Cotas”, que obriga a contratação de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados, ou pessoas portadoras de

deficiência, conforme o número de funcionários da mesma. (BRASIL, 1991)

Nas últimas décadas o mundo foi despertando para a necessidade de inclusão efetiva, porém em ritmo bastante moroso, principalmente quando se trata do mercado de trabalho para deficientes intelectuais. No caso do Brasil, verifica-se grande dificuldade de adaptação das estruturas e pessoas aos marcos legais, estando os últimos à frente dos primeiros, inclusive em instituições reconhecidas como vanguarda do conhecimento e inovação, como as Universidades Federais, que passam por processos de adaptação à dispositivos legais, e pouco avançam no que tange a inclusão e inovação social.

Mesmo diante da disponibilidade deste condicionante legal a inserção destes, que como seres humanos devem ter acesso a um trabalho digno, é uma questão de responsabilidade social da organização junto à comunidade em que atua. A sustentabilidade deve ser obtida por meio do tripé: social, econômico e ambiental. Assim, a busca cada vez maior pela sustentabilidade das ações organizacionais implica também na busca pela inclusão de pessoas portadoras de deficiência no mercado de trabalho.

Os portadores de deficiência intelectual encontram assistência principalmente em organizações não governamentais – ONGs, entidades, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e instituições religiosas, tradicionalmente de caráter assistencialista e filantrópico.

Tais instituições sociais prestam auxílio às famílias e deficientes intelectuais nos estágios anteriores à vida adulta, porém ao atingirem determinada faixa etária, onde a inclusão no mercado de trabalho tradicionalmente ocorre, dificuldades são encontradas, pois a maior parte das ações promovidas são voltadas à infância e adolescência do deficiente intelectual, após essa fase o auxílio, comumente, passa a ser apenas familiar.

Aliada às limitações de intelecto, o deficiente adulto enfrenta a discriminação e a falta de informação da sociedade, que desconhece e/ou não sabe como interagir e desenvolver as habilidades que podem ser potencializadas e utilizadas para o exercício de uma atividade profissional que promova a inserção social e a geração de renda para o deficiente.

O desenvolvimento de atividade produtiva no ambiente social e econômico é tão ou mais importante para a pessoa portadora de deficiência como para qualquer outra: traz segurança econômica e independência, valoriza o indivíduo e aumenta sua auto-estima. O

trabalho dá sentido à vida e colabora para a inclusão, participação e aceitação da comunidade. Comumente são negadas às pessoas portadoras de deficiência oportunidades de trabalho e chances para desenvolverem suas habilidades e potencialidades. Subestimados sobram-lhes tarefas menores. Vulneráveis aos efeitos da recessão, por serem menos qualificados, são os últimos a serem empregados e os primeiros a serem demitidos.

Como alternativa para o enfrentamento dessas barreiras sociais e culturais, a sociedade civil, através de diferentes formatos de mobilização e organização social, desenvolve ações em prol da assistência, inclusão social e promoção da inserção no mercado de trabalho do deficiente intelectual adulto como é o caso da Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência (COEPAD/SC), Associação para Profissionalização, Orientação e Integração do Excepcional (APOIE/SP), Oficina Abrigada de Trabalho (ALTERNATIVA/SP). No entanto, diversas dificuldades são encontradas como a formalização, apoio à distribuição dos produtos desenvolvidos e comercialização de modo que possam ser auto-sustentáveis, ou seja, que conquistem autonomia financeira e administrativa, em função de fontes de recursos derivados da comercialização direta de seus produtos e serviços

A ressocialização e a reabilitação são imprescindíveis para melhorar a condição de vida do deficiente intelectual. Entre os instrumentos possíveis Para a materialização desse processo destaca-se nessa linha de responsabilidade social, empresarial e corporativa, a instituição de cooperativas de trabalho, ou seja, associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente para satisfazer suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais por meio de uma sociedade de propriedade comum e de gestão coletiva, participativa e democrática.

A Universidade como entidade apoiadora e articuladora de ações relativas ao ensino-pesquisa-extensão presente na entidade local, regional, nacional e mundial é promotora da transformação em seu entorno. Afinal este é o papel da educação e a função de entidade que atue neste campo, ser transformadora das ações, dos processos, das pessoas e da realidade envolvente, para geração de qualidade de vida associada. O apoio universitário à inclusão dos deficientes intelectuais em fase adulta no mercado de trabalho além de ter forte impacto social é fonte de integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade, podendo trazer para a Universidade uma riqueza de situações e vivências que promovam maior reflexão não apenas sobre o seu papel

administrativo e acadêmico enquanto entidade transformadora de ações e mentes, mas também transcender seu alcance para a ação individual de alunos, professores e funcionários que passem assim a contribuir com ações de responsabilidade social de forma direta e/ou indireta.

Desta forma, o seguinte problema de pesquisa foi delineado: Qual o papel da Universidade Federal de Santa Catarina em ações junto à Deficientes Intelectuais em fase adulta, em especial, junto à instituições voltadas para portadores de deficiência intelectual em fase adulta, sob a perspectiva dos docentes da Universidade?

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Este trabalho tem como objetivo analisar o papel da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em ações junto a Deficientes Intelectuais em fase adulta, em especial, junto à Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência – COEPAD, sob a perspectiva dos docentes da Universidade.

1.1.2 Objetivos específicos

- a) Conhecer o portador de deficiências intelectuais em fase adulta nos contextos sociais, internacional e nacional;
- b) Descrever o papel da Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC quanto a sua contribuição junto aos Deficientes Intelectuais em fase adulta, especialmente junto a Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência - COEPAD, sob a perspectiva dos docentes da Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC;
- c) Propor ações que possam contribuir para o fortalecimento do papel da Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC junto aos portadores de deficiências intelectuais em fase adulta.

1.2 Justificativa

Com o intuito de responder o porquê da realização da presente pesquisa resgata-se o pensamento de Richardson (2007) que destaca um conjunto de elementos a serem observados: a) o modo como foi escolhido o fenômeno; b) as razões de defesa do estudo; c) a relação

com o contexto social; d) a justificativa nos planos teóricos e práticos; e) a viabilidade; f) a inovação; g) considerações quanto à escolha dos locais que serão apresentados.

Dentre as perspectivas citadas, três delas foram eleitas como elementos centrais para justificativa desta pesquisa, a saber: se o trabalho é oportuno, seja para academia, para o contexto social; quanto a sua criatividade, se o estudo é inovador e contribui para o avanço do estado da arte; e quanto a sua viabilidade, se existe tempo hábil e disponibilidade de informações necessárias para que este trabalho seja realizado com excelência.

Entendendo a Universidade como um ator com potencial de transformação e desenvolvimento social e cultural, a pesquisa justifica-se quando à sua importância por abordar o relacionamento de uma Instituição Pública de Ensino Superior com a comunidade em que está inserida, discussão que permeia o mundo acadêmico, além de dimensões políticas e culturais. Verifica-se cotidianamente o divórcio existente entre Universidades e sociedade civil, causando a exclusão de grande parcela da população dos benefícios e oportunidades que a primeira oferece, sendo o estreitamento e reconfiguração dessa relação, uma ação que pode fortalecer o desenvolvimento local, o exercício da cidadania, e ser fonte de aprendizado mútuo e troca de experiências.

O desenvolvimento da pesquisa contribui para reflexão e discussão de aspectos que vão ao encontro aos interesses da sociedade civil e da Universidade aqui tratada, como:

- a) a maior participação da Universidade enquanto entidade promotora de ações de responsabilidade social;
- b) ações administrativas que possam ser efetuadas pelas Universidades para a fomento de cooperativas sociais e;
- c) formas de interação Universidade-cooperativas sociais sob a ótica da tríade ensino-pesquisa-extensão.

Quanto à relevância do estudo, verifica-se que a relação entre Universidades Públicas Federais e cooperativas sociais para deficientes intelectuais é ainda um aspecto a ser desnudado. Destaca-se ainda que cerca de 10% da população mundial, ou 650 milhões de pessoas, vivem com deficiência no mundo e este número está a aumentar. (ONU, 2010)

O último critério escolhido trata sobre a viabilidade do estudo. Pode-se afirmar que o estudo foi factível visto o interesse declarado da COEPAD em colaborar e permitir acesso a documentos institucionais e demais materiais bibliográficos para pesquisa, além de acesso ao espaço físico da organização e a seus membros. Destaca-se também a facilidade de obtenção de dados na Universidade Federal de Santa Catarina, visto

que o pesquisador faz parte do quadro de servidores e as exigências legais de transparência de instituições públicas.

O presente trabalho servirá de base para consulta pública e futuras pesquisas na área. Além disso, ele elucidará ações de inclusão do portador de necessidades intelectuais no mercado de trabalho como o desenvolvido por meio das ações da COEPAD, enfatizando o papel da Universidade Federal de Santa Catarina nesta tarefa, como agente promotor da inclusão social e da qualidade de vida dos públicos com os quais se relaciona.

1.3 Estrutura do trabalho

É indubitável que o desenvolvimento da investigação depende da pesquisa que já foi realizada nesta área, consultadas por meio do acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal de Santa Catarina, rede Mundial de Computadores, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPQ, Biblioteca online da Universidade de São Paulo – USP, dentre outros. Entende-se que a pesquisa, quando realizada de forma consistente, oferece informações representativas, que, somadas às experiências e ao sentimento do pesquisador tornam o processo decisório mais rico e preciso. É importante lembrar que a pesquisa não substitui a criatividade e talento do pesquisador. A pesquisa serve principalmente para validar uma hipótese ou uma ideia já concebida.

O presente estudo está estruturado em cinco diferentes capítulos. Inicialmente apresenta-se uma breve introdução da temática, a delimitação do estudo e seus objetivos e, a justificativa de sua realização.

O seguinte capítulo apresenta a fundamentação teórica, abordando aspectos como gestão social, inclusão social, contextualização de aspectos sociais, legais e culturais relacionados à deficiência intelectual, em âmbitos nacional e internacional.

O terceiro Capítulo apresenta os procedimentos metodológicos utilizados na presente pesquisa, definindo o tipo de análise, caracterização do estudo e como se deu a coleta e análise dos dados.

O quarto capítulo apresenta a discussão e análise dos dados, confrontando teoria e prática.

No quinto e último Capítulo faz-se os resgates dos objetivos propostos, apresentando-se as conclusões e sugestões.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o intuito de aprimorar os conhecimentos sobre o a participação da Universidade Federal de Santa Catarina em ações junto a instituições voltadas para portadores de deficiência intelectual em fase adulta, a segunda etapa dessa pesquisa abrange a fundamentação teórica. Sendo assim, essa visa relacionar os principais autores sobre o assunto, servido de base teórica para o desenvolvimento da pesquisa como um todo.

2.1 Gestão Social

A temática da gestão social é um tema recente em discussões acadêmicas e ainda incipiente na prática societária. Carece de delimitações teóricas mais robustas e de metodologias consistentes. Sua conceituação perpassa dimensões como de gestão de políticas sociais, gestão pública, desenvolvimento local, capacidade interventiva dos atores sociais nos destinos da sociedade, dentre outros enfoques. (SILVA, 2004; DOWBOR, 2010).

Segundo França Filho (2008) a gestão social pode ser entendida a partir de dois níveis de análise: societário e organizacional. Enquanto problemática da sociedade ela se preocupa com a gestão das demandas e necessidades do social, ou seja, a sociedade civil organizada, mobiliza-se para atender lacunas, que não são supridas pelo estado e nem pelo mercado. Fato vislumbrado em Associações, ONGs, cooperativas sociais e demais entidades preocupadas com o atendimento de necessidades comuns. Tais organizações não estão, comumente, vinculadas ao Estado, porém se revestem de caráter público ao prover demandas tradicionalmente de responsabilidade do poder público. Em linhas gerais, esse entendimento de gestão social sugere que “para além do Estado, a gestão das demandas e necessidade do social pode se dar via a própria sociedade, através das suas mais diversas formas e mecanismos de auto-organização, especialmente o fenômeno associativo” (França Filho, 2008, p. 03)

O segundo nível de entendimento apresenta a gestão social como uma forma específica de gestão, um *modus operandi*, em um nível micro, que pode ser chamando organizacional. Ela se diferencia por propor um tipo diferente de racionalidade como guia de suas idéias e ações, superando a racionalidade tradicional instrumental, a lógica de mercado, por outras com enfoques mais sociais e emancipadores, tendo em vista a natureza e finalidade da organização. Tal modalidade de

gestão diferencia-se fundamentalmente de dois outros tipos: a gestão pública e a gestão estratégica. (FRANÇA FILHO, 2008)

A diferença essencial entre a gestão pública e a social pode ser explicada através dos estudos de Tenório (2008), que orienta seu pensamento sobre a gestão social através da inversão de alguns pares de palavras: sociedade-Estado e trabalho-capital. Essas novas configurações promovem uma mudança fundamental na medida em que pretendem sinalizar que a sociedade e o trabalho devem ocupar os papéis centrais desta relação. Desta forma, as ações convergentes com a gestão social devem partir da sociedade civil, ao contrário da gestão pública e da gestão estratégica, onde as políticas *top-down*, desvinculadas da participação efetiva da sociedade são, historicamente, realizadas.

Quando se trata das divergências entre gestão estratégica e a social, Tenório (2008) destaca que a primeira atua determinado pelo mercado, sendo uma gestão pautada pelo potencial competitivo, no qual o concorrente deve ser eliminado, em vista do lucro a ser alcançado, nas relações prevalece o monólogo, o indivíduo, enquanto a gestão social deve ser orientada pela solidariedade, o processo de gestão que deve zelar pela concordância, em que o outro deve ser incluído e tendo a solidariedade como seu motivo, em suas relações deve prevalecer o diálogo, o coletivo.

Desta forma, a gestão social pode ser entendida como “o conjunto de processos sociais no qual a ação gerencial se desenvolve por meio de uma ação negociada entre seus atores, perdendo o caráter burocrático em função da relação direta entre o processo administrativo e a múltipla participação social e política”, (TENÓRIO, 1998, p.7).

Nessa concepção, a cidadania deliberativa aparece como tema transversal, sendo uma categoria articuladora e democrática de relação entre diversos atores sociais, poder estatal e mercado.

Tenório (2008, p.41), destaca que a cidadania deliberativa “significa, em linhas gerais que, que a legitimidade das decisões políticas deve ter origem em processos de discussão, orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum,” onde a inclusão e participação legítima são imperativos.

Quando se trata em cidadania no que tange os portadores de deficiências, o caráter transformador que a mesma deve ter, ganha destaque:

Falar em cidadania das pessoas com deficiência vai além, então, da garantia de direitos civis, pois

implica em ocupação, por essas pessoas, dos espaços sociais; falar em cidadania é falar em inclusão, e aqui podemos repetir: não se inclui simplesmente por decreto e incluir não é apenas colocar junto. É fundamental que possamos compreender que promover a inclusão é promover a autonomia, a possibilidade e a capacidade de fazer escolhas apropriadas. A conquista da cidadania é um processo ativo, assim como é a construção de uma sociedade inclusiva. (BARTALOTTI, 2006, p.36)

Percebe-se que quando se trata de pessoas com algum tipo de deficiência a cidadania ativa perpassa fundamentalmente o processo de inclusão social, que não se resume a direitos civis, pois “são as transformações das relações sociais, mais do que decretos legais, que permitirão a real inclusão das pessoas com deficiência”. Somente uma transformação profunda no seio da sociedade permitirá que a cidadania seja uma realidade para expressivos setores da sociedade, sendo que “a construção da verdadeira cidadania passa também, e fortemente, pelas relações que se estabelecem no interior da sociedade, nas relações sociais que dentro dela se desenvolvem.” (BARTALOTTI, 2006, p.34)

Evidenciada a estreita relação entre cidadania e inclusão social, a última será apresentada a seguir.

2.2 Inclusão Social

A temática da inclusão social tem sido amplamente discutida e estudada sob diferentes óticas, geralmente em contraposição à noção de exclusão social e entendida com um direito, nunca se debateu tanto sobre termos como educação inclusiva, trabalho inclusivo, todavia a inclusão social é mais ampla e complexa do se apresenta uma análise superficial. (BARTALOTTI, 2006)

De acordo com Sassaki (2007), define-se o termo inclusão social como sendo o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais, cidadãos que dela foram excluídos, no sentido de terem sido privados do acesso aos seus direitos fundamentais. A necessidade e a existência de projetos de inclusão social devem-se, essencialmente, à péssima distribuição de renda da população e, conseqüentemente, à desigualdade social que ela acarreta. A recuperação da dignidade, o acesso a serviços culturais e educativos, ações preventivas de saúde, são exemplos de ações que visam à inclusão social.

Segundo Bartolotti (2006, p. 05) “observando as ações que se voltam a promoção da inclusão social, podemos perceber que muitas delas se configuram, na verdade, como ações de reparação, ou seja, buscam de alguma maneira compensar os chamados “excluídos”, por sua condição”, evidenciadas em ações pontuais de assistencialismo e políticas compensatórias, que pouco contribuem para transformar a condição dos indivíduos portadores de deficiência na sociedade. A autora destaca ainda que diversos discursos ligados à inclusão “aparecem carregados de sentimentos “caridosos”, como se atrás da busca por direitos se escondesse, na verdade, uma tentativa de redenção da sociedade, em uma tentativa de afirmação do caráter democrático de nossas instituições” (2006, p.12-13), ou ainda revestidos dos pressupostos da ética da compaixão. (LAMA, 2000).

Para que a inclusão social se torne um meio de transformação e emancipação de determinados grupos da população afastados do pertencimento social, é necessário primordialmente a transformação do tecido societário e a superação de estigmas e pré conceitos que envolvem as relações sociais:

Para que possamos efetivamente falar em inclusão social é preciso um movimento de transformação das relações das sociais, só se dará, acredito, a partir de uma superação das de concepções sobre deficiência que a ligam à doença, sofrimento, ao castigo, e tantas outras coisas que já pudemos apontar aqui. Para que as pessoas com deficiência possam ser consideradas cidadãos de fato é fundamental que deixem de ser consideradas como cidadãos de segunda classe, aqueles a quem deve ser destinada a caridade e a comiserção. (BARTALOTTI, 2006, p.47)

Desta forma, salienta-se que as universidades têm uma grande capacidade de influir na transformação da sociedade, pois os reflexos de suas ações repercutem diretamente na vida dos funcionários, dos seus alunos, dos docentes e na comunidade com a qual a universidade se relaciona. Assim, sob a perspectiva ética, o papel da universidade é fundamental para a disseminação de boas práticas. Tal fato além de propiciar ações para uma sociedade mais inclusiva reflete positivamente na imagem da própria instituição ao mesmo tempo em que alarga sua efetividade

Na pesquisa Responsabilidade Social das Empresas – Percepção do Consumidor Brasileiro, realizada anualmente no Brasil, desde 2000, pelo Instituto Ethos, Jornal Valor e Indicator, em 2000, 46% dos entrevistados declararam que a contratação de pessoas com deficiência está em primeiro lugar entre as atitudes que os estimulariam a comprar mais produtos de determinada empresa. Em 2001, essa continuou sendo a atitude mais destacada, com 43% dos consumidores entrevistados repetindo essa mesma resposta. Extrapolando-se a visão desta pesquisa para o ambiente universitário, que não é uma empresa, pode-se dizer que ações voltadas ao deficiente são bem vistas pela comunidade, e cada vez mais incentivadas, como o caso do curso de Libras oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina à comunidade. (ETHOS, 2001)

2.3 O portador de necessidades intelectuais: conceito e breve histórico da legislação

Inicialmente, necessário se faz esclarecer a opção pelo uso nesta dissertação do vocábulo deficiência intelectual e não deficiente mental. Tal mudança de termos, conforme se refere ao fenômeno propriamente dito, pois o termo intelectual diz respeito ao funcionamento do intelecto especificamente, e não ao funcionamento da mente como um todo, enquanto o termo mental remete à doença mental de forma pontual. (SASSAKI, 2005)

Atualmente, de forma progressiva a sociedade substituiu o adjetivo mental por intelectual. A Organização Pan-Americana da Saúde e a Organização Mundial da Saúde realizaram um evento (no qual o Brasil participou) em Montreal, Canadá, em outubro de 2004, que aprovou o documento Declaração de Montreal sobre Deficiência Intelectual. Observa-se que o termo intelectual foi utilizado também em francês e inglês: Déclaration de Montreal sur la Déficiéncie Intellectuelle, Montreal Declaration on Intellectual Disability. (DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE DEFICIÊNCIA INTELECTUAL, 2004)

Pode-se dizer que a pessoa portadora de necessidades intelectuais é aquela que tem suas capacidades cognitivas limitadas, o que, inevitavelmente, limita também suas possibilidades de vivência familiar e social. Porém, essa limitação não pode, e não deve ser confundida com incapacidade. Assim como a loucura, a deficiência intelectual na Antiguidade oscilou entre dois extremos conflitantes: ou era um sinal da presença dos deuses ou demônios, ou “algo da esfera do supra-humano ou do âmbito do infra-humano”. Assim, o portador de necessidade

intelectual não deve ser marginalizado, tido como incapaz de se desenvolver intelectual e profissionalmente somente por possuir desvantagem e/ou incapacidade de realizar alguma função. (AMARAL, 1994, p. 14)

Ao longo dos anos, a Deficiência Intelectual (DI) passou por diversas definições e terminologias para caracterizá-la, tais como: Oligofrenia, Retardo mental, Atraso mental, Deficiência mental, dentre outros. Segundo o conceito da Associação Americana de Deficiência Mental (AAMR), (1992) deficiência Intelectual ou deficiência mental, nomenclatura que não é mais utilizada, é o estado de redução notável do funcionamento intelectual, significativamente abaixo da média, originário no período de desenvolvimento, antes dos 18 anos, associado às limitações de pelo menos dois aspectos do funcionamento adaptativo ou da capacidade do indivíduo em responder as demandas da sociedade em comunicação, cuidado pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho.

Existem vários sistemas de classificação para a deficiência intelectual, sistemas esses comportamentais, etiológicos e educacionais. São abordadas classificações de acordo com a dependência da criança, de acordo com a capacidade funcional e adaptativa, e ainda de acordo com a gravidade da deficiência.

A Organização das Nações Unidas (ONU) define termos aplicados aos portadores de necessidades intelectuais: o termo "incapacidade" resume um grande número de diferentes limitações funcionais que se verificam nas populações de todos os países do mundo. As pessoas podem ser incapazes em resultado de uma deficiência de natureza física, intelectual ou sensorial, de um estado que requeira intervenção médica ou de doenças mentais. Tais deficiências, estados ou doenças podem ser, por natureza, transitórios ou permanentes. O termo desvantagem (*handicap*) significa a perda ou a limitação das possibilidades de tomar parte da vida da comunidade em condições de igualdade em relação aos demais cidadãos. Essa palavra descreve a situação da pessoa com deficiência em relação do seu meio. O objetivo deste conceito consiste em realçar os defeitos de concepção do meio físico envolvente e de muitas das atividades organizadas no seio da sociedade, tais como, por exemplo, a informação, a comunicação e a educação, que impedem as pessoas com deficiências de nelas participar em condições de igualdade. (ONU, 1996)

A promoção da inclusão social de pessoas portadoras de necessidades intelectuais através do mercado de trabalho é muito

valiosa, na medida em que possibilita a inclusão social. Se deixarmos de lado nossos pré-conceitos, poderemos vislumbrar que são diversas as formas que o portador de necessidade intelectual pode contribuir em um ambiente organizacional.

Para esclarecer melhor este ponto, voltemos à época da Primeira Grande Guerra Mundial, em 1921. Foi neste ano que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou um relatório cujo tema era a questão do emprego compulsório para os veteranos de guerra, dentre os quais, a grande maioria era também mutilados e portadores de grandes traumas, limitando sua capacidade laboral.

As recomendações desse relatório eram as de que fossem incentivados no âmbito governamental e não-governamental programas e ações que atendessem a essa parcela da população. Já na década de 50, após Segunda Grande Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas liderou o programa para a implantação de serviços de reabilitação profissional, sendo que os países em desenvolvimento receberam grande incentivo neste sentido (SILVA, 1987).

Após esses primeiros dois passos, a política em matéria de deficiência evoluiu ao longo dos anos, desde a prestação de cuidados básicos no seio de instituições até a educação de crianças com deficiências e a reabilitação das pessoas que se tornaram deficientes na idade adulta. Graças à educação e à reabilitação, as pessoas com deficiências tornaram-se mais ativas e converteram-se numa força impulsionadora da promoção constante da política em matéria de deficiência (ONU, 1996).

Formulou-se assim, um conceito novo de deficiência: o portador de necessidade intelectual deixou de ser visto como alguém incapaz, e assuntos como integração social e normalização, aqui visto como a “necessidade de incluir o indivíduo deficiente na sociedade mais ampla, auxiliando-o a adquirir as condições e os padrões o mais próximo possível da vida cotidiana das demais pessoas” (ARANHA, 1994, p.9)

A reflexão que se iniciou no pós Primeira Guerra Mundial e que se estende até os dias atuais é de extrema importância, pois vem promovendo a conscientização e a mobilização acerca desse assunto na sociedade como um todo. Portanto, fica claro que a inclusão social de pessoas portadoras de necessidades intelectuais é um processo mútuo entre a sociedade e esses indivíduos, na medida em que ambos adaptam-se uns aos outros. Ao serem socialmente inseridos, os portadores de necessidades intelectuais encontram em si capacidades até então desconhecidas. Em contrapartida, a sociedade revê sua legislação, seus (pré) conceitos, e prepara-se de melhor forma para receber essa

contribuição vinda do portador de necessidade intelectual. Assim, esta contribuição passa cada dia mais a ser vista como um direito dessa parcela da população, diminuindo diferenças a favor de uma sociedade mais justa, igualitária e integrada.

A pessoa com deficiência intelectual tem, como qualquer outra pessoa, dificuldades e potencialidades. O processo de estimulação consiste em reforçar e favorecer o desenvolvimento e proporcionar o apoio necessário às suas dificuldades. As técnicas utilizadas para um programa de estimulação são um suporte comunicacional – gestual, tônico, mímico, ocular e outros – entre o adulto que propõe a atividade e a criança que aceita e executa. (HERREN E HERREN, 1986).

2.4 A situação do portador de necessidades intelectuais nos contextos internacional e nacional

Segundo dados do Programa de Ação Mundial para as Pessoas com Deficiência (1982), há no mundo um número considerável e sempre crescente de pessoas deficientes. A cifra estimada em 500 milhões na época vê-se confirmada pelos resultados de pesquisas referentes a diversos segmentos da população e pela observação de peritos. Na maioria dos países, pelo menos uma em cada dez pessoas tem uma deficiência física, intelectual ou sensorial e a presença dessa deficiência repercute de forma negativa em pelo menos 25% de toda a população. (PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS, 1982).

As causas da deficiência variam conforme as condições socioeconômicas e das diferentes disposições que cada sociedade adota para assegurar o bem-estar de sua população. Assim, conforme a disposição de cada nação há diferentes barreiras físicas, culturais e sociais que constituem obstáculos à vida do deficiente.

2.4.1 Contexto Internacional

A Declaração dos Direitos do Deficiente Mental, da ONU, de 1971, constitui-se base e referência comuns para a proteção dos direitos dos portadores de deficiência mental. (DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO DEFICIENTE MENTAL, 1971)

Alguns anos depois, em 1975, a mesma instituição, com a Declaração dos Direitos da Pessoa Deficiente constitui-se de uma base para promover padrões mais altos de vida, pleno emprego e condições de desenvolvimento e progresso econômico e social aos portadores de

deficiência mental. (DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO DEFICIENTE, 1975)

Outro passo importante foi dado com a elaboração, em 1988, do Programa Mundial de Ação Relativo às Pessoas com Deficiência. Esse programa traz diretrizes para Ações Nacionais (participação de pessoas com deficiência na tomada de decisões, prevenção de deficiências, reabilitação, equiparação de oportunidades, ação comunitária, treinamento de pessoal, informação e educação do público), Ações Internacionais (direitos humanos, cooperação técnica e econômica, informação e educação do público), Pesquisa e Controle e Avaliação do Programa.

Com vistas a promover ações voltadas a melhores condições de vida ao deficiente, a Organização das Nações Unidas desenvolveu, em 1982, o Programa de Ação Mundial aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas e que constitui um plano internacional, de longo prazo, baseado em amplas consultas aos governos, organizações e entidades do sistema das Nações Unidas e Organizações intergovernamentais e não-governamentais, inclusive as que representam as pessoas portadoras de deficiência ou trabalham em favor delas. Este programa traça diretrizes gerais e recomendações aos países membros de modo a permitir a implantação de ações que mitiguem os problemas sociais e econômicos vivenciados pelos portadores de necessidades especiais. (PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS, 1982)

A data de adoção deste Programa serviu para a ONU declarar, em 1991 por meio da Resolução 47/3, o dia 3 de dezembro como o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência. (PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS, 1982). Com este ato, a Assembleia considera que ainda falta muito para se resolver os problemas dos deficientes, que não pode ser deixado de lado pelas Nações Unidas. As entidades mundiais da área esperam que com a criação do Dia Internacional todos os países passem a comemorar a data, gerando conscientização, compromisso e ações que transformem a situação dos deficientes no mundo. (ONU, 1992)

Por sua vez, em 1983 a OIT - Organização Internacional do Trabalho, mediante a Convenção 159 (Reabilitação Profissional) estabeleceu os princípios para as políticas nacionais de reabilitação profissional e de emprego de pessoas com deficiência e as ações para implementar serviços nesta área. (OIT, 1983a)

No mesmo ano, a OIT estabeleceu a Recomendação 168, que propõe ações para desenvolver oportunidades de reabilitação

profissional e emprego de pessoas com deficiência, estimular a participação comunitária, implementar reabilitação profissional em áreas rurais, prover treinamento de equipes de profissionais e estimular a participação de empregadores, organizações de trabalhadoras, pessoas com deficiência e suas entidades. (OIT, 1983b)

Em 1990, a ONU estabeleceu a Resolução 45/91, propondo a construção de uma sociedade para todos em 20 anos: A Assembleia Geral solicita ao Secretário-Geral uma mudança no foco do programa das Nações Unidas sobre deficiência passando da conscientização para a ação, com o propósito de se concluir com êxito uma sociedade para todos por volta do ano 2010. (ONU, 1990)

As “Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência”, da ONU, emitidas através da Resolução 48/96, de 14 de dezembro de 1993, consistem de requisitos, normas e medidas de implementação para a igualdade de participação em acessibilidade, educação, emprego, renda e seguro social, vida familiar e integridade pessoal, cultura, recreação, esportes e religião, informação e pesquisa, políticas de planejamento, legislação, políticas econômicas e outros temas pertinentes. (ONU, 1993)

O documento intitulado “Carta para o Terceiro Milênio” foi aprovado no dia 9 de setembro de 1999, em Londres, Grã-Bretanha, pela Assembléia Governativa da Rehabilitation International. Contém medidas para o desenvolvimento da inclusão social e apela aos Países-Membros para que apoiem a promulgação de uma Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência como uma estratégia-chave para se atingir estes objetivos. (CARTA PARA O TERCEIRO MILÊNIO, 1999).

Na sequência, cita-se o lançamento de compromissos na Conferência de Cúpula “Perspectivas Globais sobre Vida Independente para o Próximo Milênio”, realizada de 21 a 25 de setembro de 1999, em Washington, EUA. (DECLARAÇÃO DE WASHINGTON, 1999).

A Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001), aprovada em 5 de junho de 2001 pelo Congresso Internacional “Sociedade Inclusiva”, realizado em Montreal, Quebec, Canadá, contém desenhos inclusivos em ambientes, produtos e serviços. No documento resultante foi feito um apelo aos governos, empregadores e trabalhadores bem como à sociedade civil para que se comprometessem com o desenvolvimento e a implementação de contextos inclusivos em todos os ambientes, produtos e serviços.

A Declaração de Madri visou estabelecer parâmetro para a construção da sociedade inclusiva, em 23 de março de 2002, no

Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência, comemorando a proclamação de 2003 como o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência. (DECLARAÇÃO DE MADRI, 2002)

Ressalta-se também o posicionamento da Disabled Peoples International (DPI) sobre mudanças na sociedade. Aprovada no dia 18 de outubro de 2002 por 3.000 pessoas, em sua maioria com deficiência, representando 109 países, por ocasião da 6ª Assembléia Mundial da Disabled Peoples' International – DPI, realizada em Sapporo, Japão. (DECLARAÇÃO DE SAPPORO, 2002).

Ações de âmbito global contribuíram para que a questão da inclusão social entrasse na pauta de discussões políticas, legais, acadêmicas e sociais no Brasil, e para que alguns passos fossem efetivamente dados em direção em uma sociedade mais justa e inclusiva.

2.4.2 Contexto Nacional

No âmbito nacional, pode-se destacar também os avanços mais recentes da legislação no sentido de diminuir as dificuldades de inserção social das pessoas portadoras de deficiência.

Uma medida bastante significativa da mudança da postura da sociedade frente aos portadores de necessidades especiais foi à promulgação da Lei nº 7.405/85, de 12/11/1985, tornando obrigatória a colocação do Símbolo Internacional de Acesso em todos os locais e serviços que permitam sua utilização por pessoas portadoras de deficiência. (BRASIL, 1985)

No mesmo sentido, a Lei nº 8.160/91 dispõe sobre a característica do símbolo que permita a identificação de pessoas com deficiência auditiva tornando obrigatória a colocação, de forma visível, do "Símbolo Internacional de Surdez" em todos os locais que possibilitem acesso, circulação e utilização por pessoas portadoras de deficiência auditiva, e em todos os serviços que forem postos a sua disposição ou que possibilitem o seu uso. (BRASIL, 1991)

Em 1988, a nova Constituição Brasileira, em seu Capítulo II – Dos Direitos Sociais – Art.7º item XXXI estabeleceu a proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador portador de deficiência. Esse ano representou grande avanço nesse setor, pois sendo a base para todos os Decretos, Leis, Portarias e resoluções oficiais pertinentes a pessoas com deficiência, a Constituição da República Federativa do Brasil traz os seguintes dispositivos específicos: art. 3º, IV; art. 7º, XXXI; art. 24, XIV; art. 37, VIII; art. 203, IV e V; art. 208, III; art. 227, § 1º li, e § 2º; e art. 244. O art. 37,

III, estabelece que “a Lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão”. (CONSTITUIÇÃO, 1988)

No mesmo ano, a Lei nº 7.713/88 passou a isentar de imposto de renda os proventos percebidos por pessoas com cegueira, Hanseníase, paralisia irreversível e outras condições de incapacidade. (BRASIL, 1988)

Houve grande avanço no sentido de inibir o preconceito, em 1989, com a Lei nº 7.853/89, que dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - CORDE, e institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, além de disciplinar a atuação do Ministério Público e definir crimes. É a Lei que criminalizou o preconceito em relação às pessoas com deficiência (art. 8º). Cria a Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), que atualmente é órgão do Ministério da Justiça subordinado à Secretaria Nacional dos Direitos Humanos. Trata dos direitos das pessoas com deficiência à saúde, à educação e ao trabalho. Por ter sido elaborada em um período no qual o conceito de inclusão não era conhecido. É uma Lei que propõe a integração das pessoas com deficiência e prevê a adoção de legislação específica para disciplinar a reserva de mercado de trabalho para pessoas com deficiência. (BRASIL, 1989)

Na direção de alargar o alcance do atendimento das pessoas com necessidades especiais, promulgou-se a Lei nº 8.069/90. Conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece procedimentos nas áreas de saúde, educação, cultura, esporte, lazer, profissionalização, trabalho e atos infracionais, no atendimento a crianças e adolescentes com deficiência. (BRASIL, 1990)

No mesmo contexto de aumentar o acesso ao emprego, a Lei nº 8.112/90 - Regime Jurídico Servidores da União estabeleceu em relação aos cargos públicos:

Art. 5º São requisitos básicos para investidura em cargo públicos: § 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por

cento) das vagas oferecidas no concurso.
(BRASIL, 1990)

Em 1991, através do Decreto 129, o Brasil homologou a Convenção 159, da Organização Internacional do Trabalho, que trata da reabilitação profissional e emprego de pessoas com deficiência. (BRASIL, 1991)

Visando estimular a contratação de pessoas com deficiência foi promulgada, em 1991, a Lei nº 8.212 estabelecendo mecanismos de estímulo às empresas. (BRASIL, 1991)

No mesmo diapasão, a Lei nº 8.213/91 prevê a reserva de 2% a 5% dos cargos em empresas com mais de 100 empregados para beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência habilitadas e dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social. (BRASIL, 1991)

Em relação às condições especiais de trabalho para a família do cidadão especial, a Portaria nº 4.017/95 recomenda que sejam levadas em consideração na flexibilização do horário de trabalho, as necessidades dos servidores responsáveis por pessoas com deficiência sensorial ou mental que requeiram atenção permanente ou tratamento educacional, fisioterápico ou terapêutico ambulatorial em instituição especializada. (BRASIL, 1995)

Reforçando a busca por oportunidades de emprego, a Portaria nº 4.677/98 do Ministério da Previdência Social estabeleceu que a empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos, com benefícios reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas. (BRASIL, 1998)

No aspecto fiscal, muitas medidas legais foram emitidas visando propiciar maior facilidade de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. Destaca-se, por exemplo, a isenção de Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF), Imposto Sobre Produtos Industrializados (IPI) e Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na aquisição de automóveis adaptados para pessoas com deficiência física.

Provavelmente as medidas de maior relevância sejam aquelas que abrangem o processo de gestão pública no que diz respeito ao atendimento das pessoas com algum tipo de deficiência, uma vez que são elas que criam a base formal para que muitas outras ações importantes se desenvolvam.

Desta forma, deve-se destacar o art. 4º da Lei nº 9.394/96, que estabelece como dever do Estado garantir atendimento educacional especializado gratuito aos educados, com necessidades especiais,

preferencialmente na rede regular de ensino. O Art. 5º regulamenta o acesso do portador de necessidades especiais ao ensino público. (BRASIL, 1996)

Relevante papel no âmbito da gestão pública foi à edição da Portaria nº 537/99, mediante a qual o Ministério da Justiça aprova a composição e o funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade). (BRASIL, 1999)

No ano de 1999, dois atos legais merecem destaques: a Lei nº 9.867/99, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais visando à inserção de pessoas em desvantagens por meio do trabalho (BRASIL, 1999); e o Decreto nº 3.298, que regulamenta a Lei nº 7.853/89 e dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Esse mesmo Decreto estabelece diretrizes nas áreas de saúde, educação, habilitação e reabilitação profissional, trabalho, cultura, desporto, turismo, lazer, capacitação de profissionais especializados e acessibilidade. Na educação, mantém a visão integracionista ao determinar “a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoa portadora de deficiência capaz de se integrar na rede regular de ensino”. Na questão trabalhista, torna obrigatório em empresas com mais de 100 empregados a contratar beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência habilitados na proporção de 2% a 5% de suas vagas. (BRASIL, 1999)

Mais recentemente, o Governo Federal conferiu status ministerial ao tema dos direitos humanos, com a vinculação da Secretaria Especial dos Direitos Humanos à Presidência da República (Decreto 7.256/10). O Brasil fez parte do processo de construção da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, tendo apoiado e contribuído em todas as etapas da elaboração desse tratado, desde 2002. Na estrutura governamental, destacam-se ainda a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE e o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE responsáveis por estudos que subsidiem o marco legal brasileiro. (BRASIL, 2010)

Em 2007, o Brasil assinou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que garantem monitoramento e cumprimento das obrigações do Estado. Em especial, destacam-se até o momento as políticas voltadas à educação inclusiva, a reabilitação e seus complementos indispensáveis, como as órteses e próteses, a criação de cotas para a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho e ações em acessibilidade para cada tipo de deficiência, no

ambiente físico, na comunicação e na informação, nos transportes e em políticas de ação afirmativa e de superação da pobreza. (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2007).

Para se ter uma dimensão da aplicação da Lei de Cotas no Brasil, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (2007), de 37,6 milhões de vínculos empregatícios formais, 348,8 mil são ocupados por pessoas com deficiência com a seguinte distribuição:

- d) 50,8% pessoas com deficiência física;
- e) 28,2% pessoas com deficiência auditiva;
- f) 2,9% pessoas com deficiência visual;
- g) 2,4% pessoas com deficiência mental (intelectual);
- h) 1,7% pessoas com deficiência múltipla;
- i) 14,0% reabilitados.

No dia 1º de agosto de 2008, o Governo Brasileiro depositou seu ato de ratificação à Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência na Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo as normas da ONU, o primeiro Relatório de Monitoramento do cumprimento da Convenção deve ser entregue após terem se completados dois anos de sua ratificação. Além dos cuidados relativos à forma e ao conteúdo do relatório (preparação, abrangência e consistência na apresentação), uma das obrigações fundamentais do Governo Brasileiro é assegurar a participação das organizações não-governamentais (ONGs) de pessoas com deficiência na elaboração desse relatório, de forma construtiva, com vistas a melhorar o nível de qualidade da informação e promover a fruição por todos dos direitos protegidos pela Convenção. O engajamento da sociedade civil assegura a transparência democrática. (CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, 2007).

No dia 31 de março de 2011, como parte do compromisso do Governo Brasileiro em viabilizar a ampla participação da sociedade no processo de construção do relatório, o secretário nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Humberto Lippo, assinou Aviso de Consulta Pública Nacional aberta à manifestação de todos, o qual foi publicado no Diário Oficial da União. Essa consulta teve duas vertentes: por um lado, o relatório foi disponibilizado em sítio eletrônico governamental acessível para registro de manifestações e contribuições de toda sociedade brasileira em seu texto final; por outro será analisado pelos Conselhos de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, nas esferas municipal, estadual e nacional. (SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA, 2011).

É perceptível que os marcos legais que dispõe sobre os portadores de deficiência contribuíram para o desenvolvimento de ações em prol da inclusão, todavia avanços práticos ainda são incipientes e necessitam de uma melhor articulação para que a inclusão seja efetiva, até mesmo na discussão de políticas públicas adequadas.

2.5 As Políticas Públicas para portadores de necessidades intelectuais no Brasil

No Brasil, conforme apresentado anteriormente, e segundo o plano de ações da Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (SNPD), as ações governamentais ocorrem por meio de convênios, termos de parceria, acordos, ajustes e congêneres, bem como mediante articulações com instituições governamentais, não-governamentais e com as associações representativas de pessoas com deficiência, visando à implementação da política de promoção e defesa dos direitos da pessoa com deficiência, tendo a SNPD o papel de apoiar e estimular a formação, articulação e atuação da rede de Conselhos de Direitos das Pessoas com Deficiência nos estados e municípios. Esses mesmos convênios e termos de parceria financiam a realização de estudos e pesquisas sobre temas relativos à pessoa com deficiência para a formulação e implementação de políticas a ela destinadas, monitorando seus resultados. (SNDH, 2011).

Campanhas de conscientização pública são realizadas, buscando promover o respeito pela autonomia, equiparação de oportunidades e inclusão social da pessoa com deficiência e a coordenação da produção, sistematização e difusão das informações relativas à pessoa com deficiência.

Verifica-se que as ações governamentais voltadas ao deficiente intelectual ocorrem principalmente na elaboração/monitoramento de leis, campanhas de conscientização e apoio financeiro das entidades que efetivamente realizarão as atividades com os portadores de deficiência intelectual.

A Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência é um órgão integrante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e atua na articulação e coordenação das políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência.

Ao Departamento de Políticas Temáticas dos Direitos da Pessoa com Deficiência, formado pela Coordenadoria Geral de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência e pela Coordenadoria Geral de Acessibilidade, compete, dentre outras funções, coordenar e

supervisionar a elaboração dos planos, programas e projetos que compõem a política nacional de inclusão da pessoa com deficiência, bem como propor providências necessárias à sua completa implantação e ao seu adequado desenvolvimento (SNDH, 2011).

Tendo em vista os aspectos trabalhados até então, parte-se então para a contextualização da realidade local.

2.6 Regionalizando: a situação do portador de necessidades intelectuais em Florianópolis

Em 26 de agosto de 1964 o Professor Manoel Boaventura Feijó deu o primeiro passo no caminho da educação especial em Florianópolis com a criação da Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) em Florianópolis. Os primeiros 14 deficientes intelectuais hoje representam 433, na luta conjunta com a sociedade para que a educação inclusiva, qualidade de vida e inclusão social das pessoas com deficiência intelectual e múltipla. (APAE, 2011)

Outro passo significativo, em âmbito regional, foi à criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Florianópolis – CMDPD. Instituído pela Lei nº 7213, de 28 de novembro de 2006, é órgão colegiado de caráter permanente, propositivo, deliberativo e fiscalizador, de composição paritária entre representantes governamentais e sociedade civil, vinculados à administração pública municipal, responsável pela Política Municipal da Pessoa com Deficiência. (PMF, 2011).

A missão do CMDPD é atuar de forma efetiva e responsável, no município de Florianópolis, promovendo a inclusão e garantindo os direitos das pessoas com deficiência. Tem por visão, ser reconhecido como um Conselho verdadeiramente empenhado na causa dos direitos das pessoas com deficiência, trabalhando com determinação e contribuindo para a promoção da cidadania e uma maior qualidade de vida das pessoas com deficiência. (PMF, 2011).

Mais recentemente, a cidade assistiu a criação da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, instalada em 21/09/2011 na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Essa Comissão propõe um trabalho para viabilização de ações e implantação de políticas públicas para a defesa, melhoria da qualidade de vida e inclusão social das pessoas com deficiência. Esta é a 18ª comissão permanente criada na estrutura do Poder Legislativo de Santa Catarina e, além de representar um avanço para as pessoas com deficiência na sociedade, representa uma nova esperança para as

APAES e demais entidades do setor de todo o Estado. A comissão pretende “atuar no acompanhamento das políticas públicas e na promoção de ações que visem à cidadania plena das pessoas com deficiência”. (ALESC, 2011). De outra parte a Universidade Federal de Santa Catarina por meio de seu Centro de Cultura e Eventos desenvolve ações voltadas ao deficiente intelectual em fase adulta por meio de convênio com cooperativa cedendo espaço para venda dos produtos por eles confeccionados.

2.7 Cooperativas Sociais

As cooperativas são entendidas como sociedades autônomas, de ajuda mútua e controlada pelos seus associados, operando com outras cooperativas, instituições públicas e privadas. Devem promover a educação e a formação de seus membros, representantes e funcionários, em vista da maior eficácia em suas atividades. (ANDRADE, 2009)

Sobre o surgimento das cooperativas, Emmendoerfer *et. al.* (2007, p.23) resgatam o pensamento de Pinho (2004) ao destacar que:

O cooperativismo, como sistema e doutrina, surgiu como uma alternativa para corrigir o meio econômico e social consequente do liberalismo econômico. Seus princípios são baseados no ideal de que a produção deve ser colocada em favor do consumidor e não do produtor. Para tanto, as pessoas associam-se e unem-se em cooperativas, de forma que o resultado das atividades ou prestação de serviços beneficia os próprios associados e a comunidade em geral.

De maneira similar à forma tradicional de organização cooperativista, as cooperativas sociais são associações autônomas de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais por meio de uma sociedade de propriedade comum e de gestão democrática.

No Brasil, as cooperativas, em especial as cooperativas sociais, e as associações voltadas ao deficiente, são amparadas pela Lei no 9.867, de 10/11/99. A norma das Cooperativas Sociais veio dispor sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho (art. 1º, dentre eles os deficientes físicos, sensoriais e mentais (art. 3º, I e II):

Art. 1º As Cooperativas Sociais, constituídas com a finalidade de inserir as pessoas em desvantagem no mercado econômico, por meio do trabalho, fundamentam-se no interesse geral da comunidade em promover a pessoa humana e a integração social dos cidadãos, e incluem entre suas atividades:

I – a organização e gestão de serviços socio sanitários e educativos; e

II – o desenvolvimento de atividades agrícolas, industriais, comerciais e de serviços.

Art. 2º Na denominação e razão social das entidades a que se refere o artigo anterior é obrigatório o uso da expressão "Cooperativa Social", aplicando-se-lhes todas as normas relativas ao setor em que operarem, desde que compatíveis com os objetivos desta Lei.

Art. 3º Consideram-se pessoas em desvantagem, para os efeitos desta Lei:

I – os deficientes físicos e sensoriais;

II – os deficientes psíquicos e mentais, as pessoas dependentes de acompanhamento psiquiátrico permanente, e os egressos de hospitais psiquiátricos;

III – os dependentes químicos;

IV – os egressos de prisões;

V – (VETADO)

VI – os condenados a penas alternativas à detenção; VII – os adolescentes em idade adequada ao trabalho e situação familiar difícil do ponto de vista econômico, social ou afetivo.

§ 1º (VETADO)

§ 2º As Cooperativas Sociais organizarão seu trabalho, especialmente no que diz respeito a instalações, horários e jornadas, de maneira a levar em conta e minimizar as dificuldades gerais e individuais das pessoas em desvantagem que nelas trabalharem, e desenvolverão e executarão programas especiais de treinamento com o objetivo de aumentar-lhes a produtividade e a independência econômica e social.

§ 3º A condição de pessoa em desvantagem deve ser atestada por documentação proveniente de órgãos da administração pública, ressalvando-se o direito à privacidade.

Art. 4º O estatuto da Cooperativa Social poderá prever uma ou mais categorias de sócios voluntários, que lhe prestem serviços gratuitamente, e não estejam incluídos na definição de pessoas em desvantagem.

As cooperativas sociais devem suprir as necessidades temporárias ou permanentes de pessoas carentes; jovens; idosos; pessoas excluídas socialmente, entre as quais: usuários de drogas; pessoas com dificuldades psicológicas; pessoas com dificuldades de (re) inserção social (ex-detentos) e portadores de necessidades especiais.

De acordo com Carretta (2004) as cooperativas sociais não devem ser entendidas apenas como uma alternativa de inserção no mercado de trabalho da pessoa com deficiência, mas também como uma via de promoção da autonomia e participação social dos deficientes, promovendo a integração com não-deficientes e com a sociedade em geral.

No Brasil, destaca-se o trabalho de algumas entidades não governamentais na área, como por exemplo, a Associação para Profissionalização, Orientação e Integração do Excepcional (APOIE/SP), que capacita jovens com deficiência intelectual a conquistarem sua autonomia e independência, seja nas atividades diárias, seja no mercado de trabalho e Oficina Abrigada de Trabalho (ALTERNATIVA/SP), que atende a jovens e adultos portadores de deficiência intelectual, com objetivo o seu integral desenvolvimento, a aquisição de comportamentos adequados em diversas situações tanto profissionais quanto sociais e sua realização pessoal.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Metodologia é a etapa do trabalho que visa esclarecer como e quando o estudo proposto será realizado, incluindo as técnicas de coletas de dados que serão utilizados. Nessa etapa serão apresentados os procedimentos metodológicos partindo de sua natureza, do tipo de pesquisa e método; universo da pesquisa e coleta e análise de dados.

3.1 Tipo de pesquisa e método

De acordo com Hirano et al. (1988), os objetivos da pesquisa e o esquema condicional proposto determinam o tipo de metodologia a ser adotada, composta das técnicas de observação, das fontes de dados, dos métodos de interpretação e da análise dos dados obtidos.

Triviños (1992) e Nogueira (1975) recomendam que o foco de pesquisa esteja vinculado ao âmbito cultural do pesquisador e/ou à prática cotidiana que ele realiza como profissional. Essa recomendação, no presente trabalho, foi efetivamente atendida, pois o pesquisador faz parte do quadro funcional da organização estudada.

Os tipos de pesquisa, de acordo com a finalidade, segundo Triviños (1992) e Gil (1993) podem ser: exploratória, descritiva e experimental (ou explicativa). Já na concepção de Cervo e Bervian (1983) existem pelo menos três tipos importantes de pesquisa: a bibliográfica, a descritiva e a experimental.

Entende-se que este trabalho observa diretamente a realidade do problema a ser analisado, valorizando-se os questionários, documentos e observações pessoais, com as quais será possível obter as respostas para o mesmo. Assim sendo, esta pesquisa é classificada como do tipo descritiva, pois como indica Godoy, ela “tenta compreender os fenômenos que estão sendo estudados a partir da perspectiva dos participantes” (GODOY, 1995, p. 63, 1995).

Destaca-se que a pesquisa descritiva, segundo Gil (2007), tem como objetivo primordial a descrição das características de uma determinada população, ou fenômeno, ou então, o estabelecimento de relação entre variáveis.

A pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los (Rudio, 1992; Triviños, 1992). Este tipo de pesquisa descreve "com exatidão" os fatos e fenômenos de determinada realidade. Isso vem a corroborar a visão de Cervo e Bervian (1983) ao afirmarem que, entre outros atributos, a pesquisa

descritiva procura descobrir, com a toda precisão possível, a relação e conexão de um fenômeno com outros, sua natureza e suas características.

O método de pesquisa de forma geral enquadra-se como estudo de caso, já que, conforme Godoy (p.25, 1995), a mesma “tem por objetivo proporcionar vivência da realidade por meio da discussão, análise e tentativa de solução de um problema extraído da vida real.” Esta, segundo Richardson et al. (1989), justifica-se principalmente quando se procura entender a natureza de determinado fenômeno social. Afirmam ainda os autores que as investigações que utilizam a abordagem qualitativa, na maioria das vezes, são as que tratam de situações complexas ou estritamente particulares. Além do mais, adequam-se também quando se procura compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais e possibilitar a compreensão mais profunda do comportamento dos indivíduos.

O estudo de caso é a técnica de pesquisa mais apropriada quando se deseja estudar situações complexas (Yin, 1990). Tal técnica permite que uma investigação mantenha as características holísticas, ou seja, buscar compreender o fenômeno e as situações em seu conjunto, considerando que este todo é maior que a soma das partes tomadas individualmente e significativas dos eventos da vida real. Segundo Gil (1993) e Triviños (1992), o estudo de caso é caracterizado pela análise profunda e exaustiva de uma determinada realidade, de maneira a possibilitar o seu amplo e detalhado conhecimento.

3.2 Universo da Pesquisa e Objeto de Estudo

Este trabalho teve como objeto de estudo um caso real e em plena atividade junto à UFSC, pois o autor desta dissertação é o responsável direto pela execução das ações de apoio promovidas pela administração universitária junto à cooperativa social COEPAD. Assim, a visão do problema será apresentada sob a ótica da administração universitária, sem, no entanto, esquecer-se da aplicação da ótica social quando da análise dos impactos que resultam das ações administrativas promovidas.

De modo a permitir o levantamento de ações que promovam a participação da Universidade Federal de Santa Catarina junto a instituições voltadas para portadores de deficiência intelectual em fase adulta foi aplicado um questionário ao corpo docente de cursos afins à problemática estudada, ao qual se pretende que a mensuração dos dados

indiquem ações que possam ser implantadas e com estas ao comprometimento institucional na sua realização.

A fim de caracterizar as formas de participação da UFSC junto à entidade COEPAD foram aplicados questionários com docentes de diversos cursos. O questionário (apêndice 1) elaborado abrange questões relativas ao conhecimento geral do docente sobre o assunto (inclusão do deficiente intelectual) e formas de participação onde efetivamente pode ocorrer a cooperação da UFSC.

Os 06 cursos envolvidos (libras, psicologia, fonoaudiologia, serviço social, pedagogia e educação física) compõem aproximadamente 288 docentes da Universidade Federal de Santa Catarina, cerca de 12% do total de docentes da Universidade, pressupõe-se que 40% destes docentes conheçam questões ligadas ao deficiente intelectual, assim, para um grau de confiança de 95,5%, serão distribuídos questionários on-line à aproximadamente 72 docentes.

Nesse sentido pode-se caracterizar a amostragem da pesquisa como não probabilística, por inacessibilidade de toda a população. O presente caso de amostragem não-probabilística pode ocorrer quando, embora se tenha a possibilidade de atingir toda a população, retiramos a amostra de uma parte que seja prontamente acessível (NETO, 1977)

Quadro 1- Distribuição dos questionários.

População Finita	Quantidade
Nível de confiança (numero de desvio padrao)	2
Porcentagem com o qual o fenômeno se verifica	40
Porcentagem complementar	60
Tamanho da populacao	288
Erro máximo permitido	10
Tamanho da amostra	72

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao término da coleta de dados foi estimar qual percentual de conhecimento geral do docente sobre o assunto (inclusão do deficiente intelectual) e quais as propostas de formas de participação onde efetivamente pode ocorrer a cooperação da UFSC.

3.3 Coleta de dados

Uma vez identificados os elementos-chave e as delimitações do problema de pesquisa, o pesquisador pode partir para a coleta sistemática de informações, utilizando para isso instrumentos mais ou menos estruturados, técnicas mais ou menos variadas; sua escolha deve ser determinada pelas características próprias do objeto estudado (LÜDKE; ANDRE, 1986; RUDIO, 1992).

A coleta de dados surge como uma das atividades características da pesquisa descritiva e pode ser realizada através de vários instrumentos, tais como: observação, entrevista, questionário e formulário (HIRANO et al., 1998).

À luz desse contexto, os dados utilizados na pesquisa são de dois tipos: Primários, aqueles coletados pelo pesquisador; Secundários, disponíveis na legislação, no ordenamento jurídico e nos demais atos administrativos da Universidade, além de dados conceituais específicos existentes na literatura especializada.

Os dados primários foram coletados por meio de questionários, distribuídos entre os docentes dos cursos de libras, psicologia, fonoaudiologia, serviço social, pedagogia e educação física.

Os dados secundários foram obtidos pela análise documental de dados preliminares da UFSC, através de documentos institucionais, legislações e documentos no âmbito nacional e internacional.

O presente trabalho foi moldado pela pesquisa descritiva, entretanto, cabe aqui salientar que também foi realizada uma pesquisa bibliográfica, até porque qualquer espécie de pesquisa, em qualquer área, pressupõe uma pesquisa bibliográfica prévia, tanto para diagnosticar a situação existente como para fundamentar teoricamente ou ainda justificar os limites e contribuições da própria pesquisa. A pesquisa bibliográfica constitui parte da pesquisa descritiva a ser realizada, enquanto é feita com o intuito de juntar informações e conhecimentos prévios acerca do problema para o qual se procura resposta.

A pesquisa bibliográfica pode ser definida como uma pesquisa que envolve como base um material já elaborado constituído principalmente por livros e artigos científicos. Sua vantagem está no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos mais ampla, se tornando importante quando o problema requer dados muito dispersos. (GIL, 2007)

Vergara (2007) destaca que a pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em materiais publicados como

livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, ou seja, material acessível a todos. Estes materiais podem ser de origem primária, a fonte inicial, ou secundária, fontes que analisam as pesquisas primárias.

Procedeu-se uma pesquisa de campo para conhecer as questões inerentes à Universidade. Esse levantamento de campo possibilitou um primeiro contato com informações tanto do ambiente objetivo quanto do subjetivo da UFSC.

A pesquisa documental apresenta semelhanças com a pesquisa bibliográfica, contudo esse tipo de ferramenta necessita de um tratamento analítico para obter as informações necessárias à realização de cada trabalho. (SOUZA, FIALHO, OTANI, 2007). Documentos conservados em órgão públicos ou privados, ofícios, memorandos, balanços, cartas, etc., podem ser utilizados como fontes de obtenção das informações desse tipo de análise. (VERGARA, 2007). No presente trabalho a pesquisa documental iniciou-se em julho de 2010 e se estendeu até o mês de outubro de 2011. Foram utilizadas fontes documentais e *on-line*, em especial documentos elaborados por instituições como Instituto Ethos e o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE).

O questionário pode ser definido como uma série de questões apresentadas ao respondente, por escrito, podendo conter questões abertas ou fechadas. (VERGARA, 2007). No presente trabalho, o questionário é composto por 9 (nove) questões, e foi enviado a 230 professores, dos cursos de libras, psicologia, fonaudiologia, serviço social, pedagogia e educação física, entendidos como atores potenciais no desenvolvimento de ações junto a deficientes intelectuais, obtendo 74 repostas.

3.4 Análise e Interpretação dos Dados

Richardson (2007) classifica a pesquisa em dois grandes métodos: o quantitativo e o qualitativo, que se distinguem, principalmente na forma de abordar o problema. Desta forma, o método escolhido deve se adequar ao tipo de estudo que se deseja realizar. Contudo, a natureza do problema, bem como o nível de aprofundamento é que determinará a escolha do método.

O primeiro utiliza no tratamento técnicas estatísticas, desde as mais simples, como percentual, média, desvio padrão, até as mais complexas como coeficiente de correlação e análise de regressão. Em contrapartida, o segundo não anseia numerar, ou medir unidades ou categorias homogêneas.

Os dados nesta pesquisa foram quantitativos, ao utilizar-se meios estatísticos para a análise dos dados, gerando gráficos e tabelas através do *software* Microsoft Excel e qualitativos, visto que algumas questões destacadas nos questionários aplicados foram analisadas qualitativamente, visando maior aprofundamento na análise das respostas.

3.5 Limitações da pesquisa

Pode-se destacar como limitações do presente estudo, o fato da temática sobre Cooperativas Sociais ser recente em âmbito acadêmico e por isso a existência de poucos estudos à respeito, assim como a dificuldade de encontrar materiais relacionados a relação entre Universidade e a deficiência intelectual adulta.

4 ESTUDO DE CASO

Nessa seção serão apresentadas considerações sobre a Universidade Federal de Santa Catarina com a inclusão de deficientes intelectuais, assim como sobre a Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de deficiência. Por fim, serão apresentadas a análise da pesquisa realizada.

4.1 A UFSC e sua relação com projetos de inclusão de deficientes intelectuais

A Universidade como entidade apoiadora e articuladora de ações relativas ao ensino-pesquisa-extensão atuante como entidade local, regional, nacional e mundial é promotora da transformação em seu entorno.

A Universidade Federal de Santa Catarina oferece cursos em diversas áreas cuja qualificação profissional pode representar um grande apoio para as pessoas com deficiências intelectuais em fase adulta, como é o caso do curso de libras, psicologia, fonoaudiologia, serviço social, pedagogia e educação física, dentro de um conjunto de mais de 80 (oitenta) cursos de graduação. Os cursos foram escolhidos em virtude das necessidades declaradas da COEPAD, justificando que tais cursos apresentam maior interface com as demandas da instituição.

Cada um deles tem a duração de, em média, 8 (oito) semestres com 40 (quarenta) alunos por turma, totalizando aproximadamente 3 (três) mil acadêmicos ligados a essas áreas do conhecimento.

A UFSC desenvolve diversos projetos ligados a inclusão, como por exemplo, o Laboratório de informática, que permite aos alunos acesso aos meios digitais; as formaturas democratizadas, que permitiram a alunos com dificuldades financeiras realizarem as cerimônias de colação de grau, sem discriminações; o pré-vestibular gratuito e; e a formação em libras são exemplos de ações dessa natureza. No que tange especificamente, a projetos voltados aos portadores de deficiências encontram-se os esportes adaptados, desenvolvido pelo Centro de Desportos, que oferece atividades físicas, esportivas e de lazer, como modalidades paraesportivas como tênis para cadeirantes e goalball (para deficientes visuais). No mesmo centro é desenvolvido o projeto Atividade Motora Adaptada, que atende crianças, jovens e adultos com diferentes necessidades, através de atividades que promovam o

desenvolvimento de aspectos orgânicos, neuromusculares, interpretativos, emocionais e sociais. (RELATÓRIO SOCIAL, 2010).

Dentre as ações e estágios promovidos pela UFSC, nenhuma é realizada em entidades voltadas para o deficiente intelectual em fase adulta. O único convênio ativo é da UFSC com a Cooperativa Social de Pais e Amigos dos Portadores de Deficiência - COEPAD, firmado em 10 de novembro de 2005, através de um termo de concessão de uso de espaço físico de 9m² para a instalação do seu ponto de venda de produtos, em contrapartida a instituição fornece para a UFSC os “canudos”, que são as embalagens dos diplomas, feitos com papel reciclado com folhas secas do campus. Essa iniciativa partiu de uma conversa informal com o presidente da COEPAD, que comentou a dificuldade em vender os produtos da cooperativa, por falta de um espaço fixo de venda.

O apoio universitário à inclusão dos deficientes intelectuais em fase adulta no mercado de trabalho além de ter forte impacto social é fonte de integração entre a comunidade acadêmica e a sociedade, podendo trazer para a universidade uma riqueza de situações e vivências que promovam maior reflexão não apenas sobre o seu papel administrativo e acadêmico enquanto entidade transformadora de ações e mentes, mas também transcender sua ação para a ação individual de alunos, professores e funcionários que passem assim a contribuir com ações de responsabilidade social de forma direta e/ou indireta.

Sendo um centro formador de profissionais e um grande pólo difusor de conhecimento, a Universidade possui um papel vital no seio da sociedade, principalmente no que tange à luta por ideais mais justos de inclusão social. Todos os estudantes poderiam representar peças importantes na engrenagem que a sociedade pretende promover no sentido de incorporar seus cidadãos com algum tipo de deficiência. As entidades que promovem ações com essas pessoas representam um grande laboratório real de possibilidades para aprendizagem e aperfeiçoamento de profissionais, ao mesmo tempo em que carecem de atendimento apropriado e especializado.

O fato de já existir um vínculo entre a UFSC e uma entidade dessa natureza, mesmo que tênue, representa uma excelente oportunidade para aplicação de convênios e parcerias que permitam a realização de um grande movimento, com duas importantes frentes: aperfeiçoamento profissional e inclusão social.

4.2 Cooperativa social de pais e amigos dos portadores de deficiência - COEPAD

Durante a pesquisa bibliográfica para esta dissertação, buscou-se, por meio de pesquisa junto a sites de buscas, informações sobre cooperativas sociais que atuem junto aos deficientes intelectuais em fase adulta. Foram encontradas iniciativas de ONGs que atuam junto a deficientes mentais, mas não como cooperativas. O caso encontrado, COEPAD, foi o único em Santa Catarina, merecendo, desta forma, um estudo particular de suas características.

A COEPAD - Cooperativa Social de Pais e Amigos de Portadores de Deficiência é uma entidade social que objetiva proporcionar capacitação e trabalho aos portadores de deficiência intelectual em fase adulta, contribuindo para o resgate de sua autoestima e o exercício de sua cidadania. Os cooperados, maiores de 18 anos, trabalham na reciclagem de papel doado pela comunidade e, junto com voluntários e colaboradores, desenvolvem as atividades da cooperativa. (COEPAD, 2011)



Figura 1 – Logo COEPAD

Fonte: <<http://papelcoepad.blogspot.com/>> - acessado em Março de 2012

Em fins de 1998, um grupo de pais e amigos de portadores de deficiência intelectual reuniu-se com o intuito de buscar soluções para proporcionar ocupação aos portadores de necessidades especiais. Procurou a Fundação Vidal Ramos, entidade filantrópica sediada em Florianópolis/SC, obtendo dela a cessão de cerca de 150m² de área física para instalar seu projeto.

Iniciou às ações com a instalação de uma oficina para fabricação de papel artesanal, reciclando papel recebido em doação da comunidade. A seguir, passou a utilizar o papel artesanal para confecção de outros produtos como blocos, caixas, cartões, envelopes, etc.

Em 1999, o grupo começou a evoluir para a formação de uma cooperativa. Buscou auxílio da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina - OCESC, que orientou a formação da Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência. Assim foi fundada, no dia 16/11/1999, a Coepad, com o objetivo de proporcionar capacitação e trabalho as pessoas com deficiência intelectual, contribuindo para o resgate de sua autoestima e o exercício de sua cidadania.

Hoje, em seus dez anos de atuação, com novo espaço e identidade visual, continua seu trabalho no atendimento a novos cooperados e familiares, no aumento de sua produção e na conquista de sua sustentabilidade como organização.

Os seus principais parceiros são Instituto Guga Kuerten (IGK), Fundação Maurício Sirotsky Sobrinho, Instituto Comunitário Grande Florianópolis (ICOM), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Pró-Vida, Eletrosul, Construtora JB, Construtora Zita e Fundação Banco do Brasil.

A COEPAD busca continuamente, por meio da comercialização de seus produtos, estender seu atendimento a novos cooperados e suas famílias, com o aumento de sua produção e a conquista de sua sustentabilidade institucional. Os cooperados, maiores de 18 anos, trabalham na reciclagem de papel, produzindo papel reciclado artesanal 100% pós-consumo, na confecção de brindes e materiais institucionais como agendas, blocos, envelopes, dentre outros, e personalizam produtos de acordo com as especificações solicitadas pelos clientes, imprimindo sua marca pelo processo de serigrafia.

Para os cooperados, não apenas o trabalho é importante, mas também os laços que constroem na organização, como declara um dos cooperados, de 32 anos, que trabalha há 13 anos na Coepad, “gosto muito de trabalhar na Coepad, além de trabalhar também faço amigos” (informação verbal, maio de 2012). Declarou também uma cooperada de 53 anos, que há 13 anos atua na organização, ser a Coepad sua segunda morada “a coepad é a minha segunda casa, gosto muito de estar aqui” (informação verbal, maio de 2012). Outra cooperada destaca a importância do trabalho que realizada em sua vida “a Coepad é muito bom, sou muito feliz estando aqui, meu trabalho é secar papel, é o que eu mais gosto de fazer”. (informação verbal, maio de 2012).

Para o presidente da organização “o trabalho, para o cooperado, é de fundamental importância porque consegue melhorar a qualidade de vida e a satisfação pessoal o que eleva sua autoestima”. Destaca ainda que “boa parte dos cooperados tem, na Cooperativa, uma oportunidade

de progredir, até fisicamente, com a motricidade mais desenvolvida o que poderia não acontecer se permanecesse em casa” (informação verbal, maio de 2012). Ressaltando as relevantes contribuições da organização no desenvolvimento de seus membros.

Os produtos são comercializados na própria sede da instituição e na loja localizada no Centro de Eventos da UFSC, recentemente a entidade firmou parceria com uma representante comercial, que auxilia na divulgação e vendas dos produtos. Segundo o presidente da cooperativa, a parceria com a Universidade poderia ser ampliada, no sentido de interagir com cursos, tais como Psicologia, Serviço Social, Educação Física, Pedagogia, Odontologia, entre outros, “as ações poderiam se desenvolver, por exemplo, por meio de estágio na COEPAD, quando os estudantes destas diferentes áreas atuariam diretamente com os cooperados, seus familiares, colaboradores e voluntários”. (informação verbal, maio de 2012).



Figura 2 – Espaço de comercialização da COEPAD no Centro de Eventos da UFSC.

Fonte: <<http://papelcoepad.blogspot.com/>> - acessado em Março de 2012



Figura 3 – Cooperados da COEPAD

Fonte: <<http://papelcoepad.blogspot.com/>> - acessado em Março de 2012



Figura 4– Produtos confeccionados por Cooperados da COEPAD
Fonte: <<http://papelcoepad.blogspot.com/>> - acessado em Março de 2012



Figura 5– Produtos confeccionados por Cooperados da COEPAD
Fonte: <<http://papelcoepad.blogspot.com/>> - acessado em Março de 2012



Figura 6 – Cooperados da COEPAD

Fonte: <<http://papelcoepad.blogspot.com/>> - acessado em Março de 2012



Figura 7 – Cooperados da COEPAD

Fonte: <<http://papelcoepad.blogspot.com/>> - acessado em Março de 2012



Figura 8 – Canudo de formatura feito por cooperados da COEPAD

Fonte: <<http://papelcoepad.blogspot.com/>> - acessado em Março de 2012

4.3 Apresentação e análise quantitativa dos questionários

De modo a permitir o levantamento de ações que promovam a participação da Universidade Federal de Santa Catarina junto a instituições voltadas para portadores de deficiência intelectual em fase adulta, foi aplicado um questionário junto ao corpo docente de cursos afins à problemática estudada, com o objetivo de identificar eventuais ações potenciais para ampliação do comprometimento institucional e consequente ampliação da dimensão de legitimidade social.

Foram coletados assim, 74 questionários, no período de 10 de novembro a 12 de dezembro, distribuídos entre os docentes dos cursos de libras, psicologia, fonoaudiologia, serviço social, pedagogia e educação física, sendo 27% docentes do sexo masculino e 73% do sexo feminino.

A seguir apresentam-se os dados coletados e a respectiva análise sobre eles.

4.4 Informações sobre a amostra

4.1.1 Professores Efetivos e Substitutos

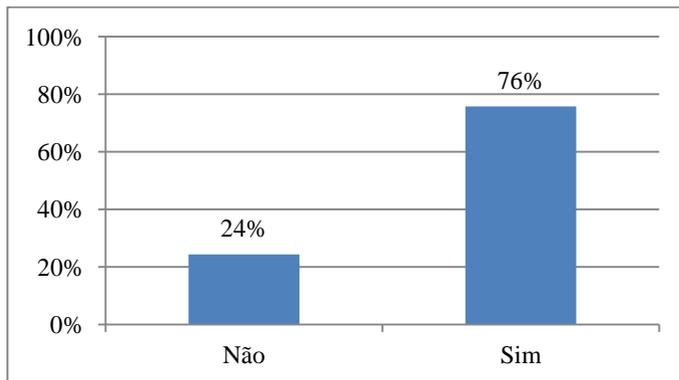


Gráfico 3 - Percentual de docentes efetivos

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o Gráfico 1, 76% dos docentes que responderam o questionário são docentes efetivos na UFSC, sendo que 24% são professores substitutos. Destaca-se que o professor substituto é aquele que é contratado para suprir falta de professor efetivo em razão de: vacância do cargo; afastamento ou licença, na forma do regulamento; ou nomeação para ocupar cargo de direção de reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus. Enquanto o professor efetivo é aquele que integra o quadro permanente do corpo docente da Universidade.

4.1.2 Faixa etária dos docentes

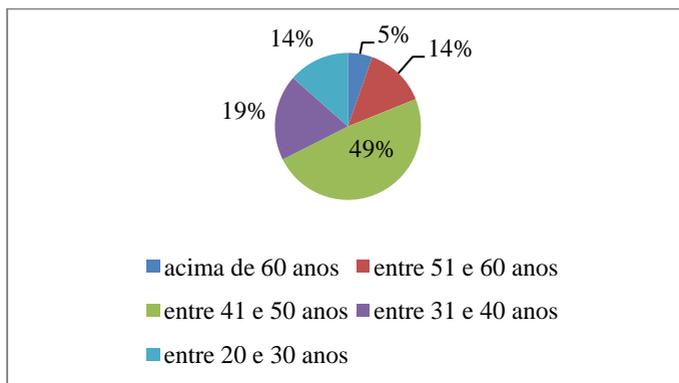


Gráfico 4 - Idade dos docentes entrevistados.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Conforme o Gráfico 2, quase 50% dos docentes entrevistados estão na faixa de 41 a 50 anos, em segundo lugar aparecem os docentes de 31 a 40 anos e em terceiro têm-se os professores com 51 e 60 e os acima de 60 anos.

4.1.3 Centro o qual o docente participa

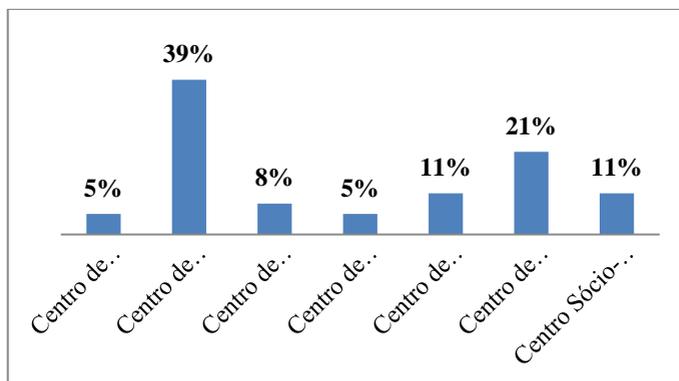


Gráfico 5 - Centros em que os docentes ministram aulas

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao centro em que o docente ministra suas aulas, (Gráfico 3) a maior parte se encontra no Centro de Ciências da Educação – CED (39%), seguidos pelo Centro de Filosofia e Ciências Humanas - CFH (21%) e com o mesmo percentual o Centro Sócio Econômico - CSE e Centro de Desportos – CDS (11% cada) .

4.1.4 Curso vinculado pelo docente

Quadro 2 - Cursos em que ministra aulas

Cursos	Percentual
libras	5%
serviço social	9%
fonoaudiologia	11%
educação física	11%
psicologia	18%
pedagogia	22%
Outros (demais cursos da UFSC)	24%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Pode-se perceber na tabela 1, que os docentes dos cursos que tiveram mais representatividade são: pedagogia (22%), psicologia (18%) seguidos pelos cursos de fonoaudiologia (11%) e educação física. (11%)

4.5 Análise das questões referentes aos portadores de deficiência intelectual

4.5.1 Conhecimento de portadores de deficiência intelectual

Quadro 3 - Grau de relacionamento com portadores de deficiência intelectual

Grau de relacionamento	Percentual
Amigo	6%
Convivência no trabalho	13%
Familiar	19%
Outro (não tem relação)	63%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Dos docentes pesquisados, 27% disseram não conhecer deficientes intelectuais, enquanto 73% disseram conhecer, além disso, conforme o Quadro 2, destes 73%, parte possui relacionamento com portadores na própria família ou trabalho (13%), no entanto, a maior parte 63% não têm uma ligação tão profunda quanto de amizade, ou convivência direta.

4.5.2 Percepção da inclusão de pessoas com deficiência intelectual

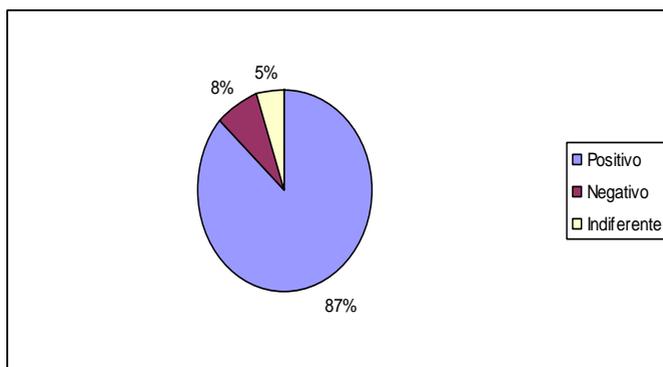


Gráfico 6 – Como os docentes veem a inclusão de pessoas deficientes no mercado.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Na questão relativa à percepção de como os docentes veem a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho, 86% dos docentes manifestaram percepção positiva, 8% negativa e 5% indiferente.

4.5.3 Interpretação do papel da universidade.

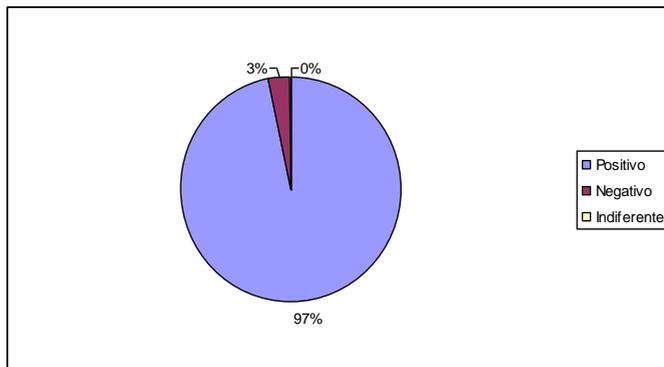


Gráfico 7 – Papel da universidade perante os portadores de deficiência

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao papel da universidade perante os portadores de deficiência, a grande maioria, sendo 97% dos entrevistados acataram a ideia de que a universidade tem um papel importante de estudar e trabalhar com os deficientes.

4.5.4 Contribuições da universidade para os deficientes intelectuais

Na questão relativa às ações que podem ser desenvolvidas pela Universidade para poder contribuir para melhoria das relação com os deficientes intelectuais, as respostas foram compiladas no Quadro 4.

Quadro 4 - Contribuições da Universidade

Ação	Percentual
Promovendo e apoiando pesquisas científicas, trabalhos de monografia sobre o tema.	86%

Apoiando estágios de alunos de cursos como: de Psicologia, Pedagogia, Libras, Educação Física e outros junto à instituição que trabalhem com deficientes intelectuais adultos.	89%
Incentivando através de projetos a criação de um programa de integração para portadores de deficiência intelectual adulta.	75%
A universidade deve incentivar a criação de projetos de preparação de seus professores e alunos para atuar e interagir com deficiente intelectual.	88%

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observa-se que 86% apoiam pesquisas sobre o tema, 89% apoiam estágios em instituições que trabalhem junto a deficientes intelectuais adultos, 75% apoiam projetos de integração e 88% acreditam que a Universidade deve preparar professores e alunos sobre o tema. Afere-se assim um percentual muito grande de apoio a ações da UFSC junto aos deficientes intelectuais adultos.

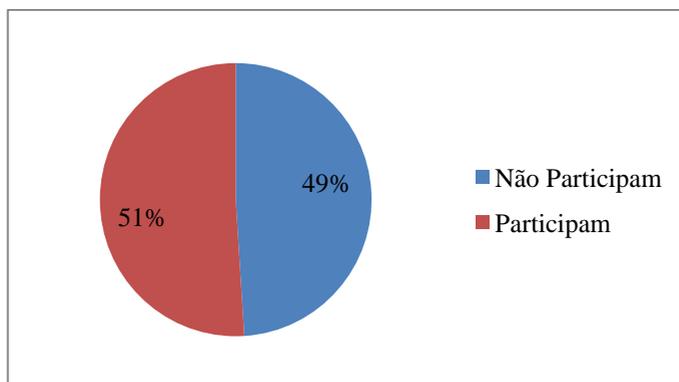


Gráfico 8 - Abordagem do tema na universidade pelos professores.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Ainda quanto à participação do tema da deficiência intelectual na universidade, nota-se um equilíbrio sendo 49% dos docentes responderam que não participam e 51% que participam. Desses 51% foram perguntados como abordam o tema, isso pode ser visto no gráfico 9.

4.5.5 Abordagem do tema deficiência na universidade pelos professores

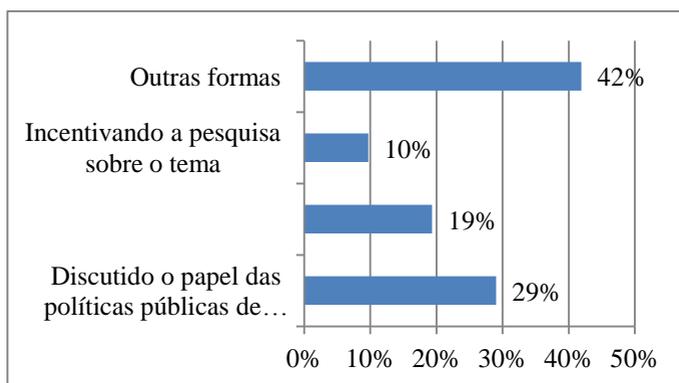


Gráfico 9 - Abordagem do tema na universidade pelos professores.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota-se que dos docentes que trabalham o tema na universidade, a maioria trabalha com outras formas (42%) em seguida discutindo sobre o papel de políticas públicas de inclusão (29%) e em terceiro discutindo em sala de aula de desenvolvimento da profissão do curso perante as pessoas com deficiência intelectual.

4.5.6 Participação docente e discente de estudos sobre deficiência

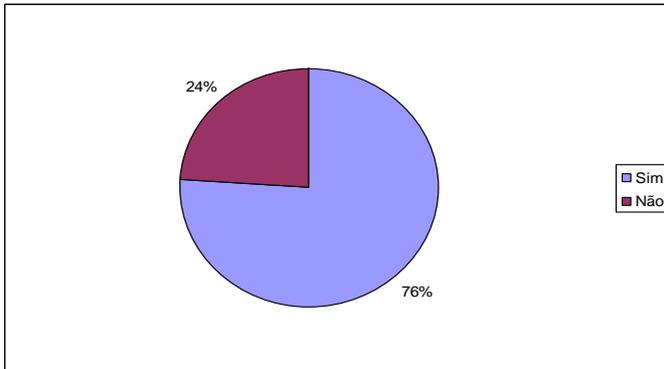


Gráfico 10 – Participação discente em projetos de pesquisa/extensão.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à participação docente/discente diretamente junto a projetos de pesquisa/extensão junto a entidades que atuam com deficientes intelectuais adultos, 76% consideram interessante a participação dos alunos e 24% não consideram interessante a participação dos alunos.

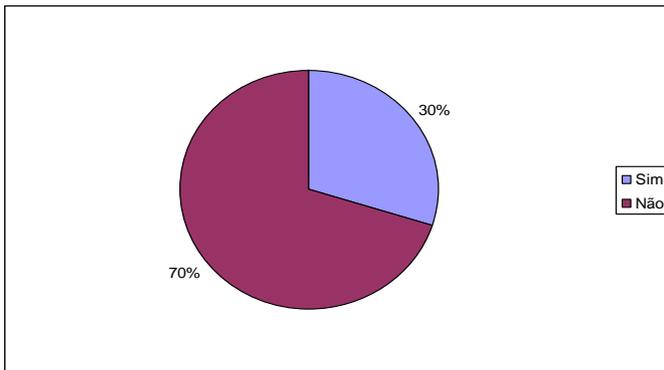


Gráfico 11 – Vontade de participar do Docente em projetos de pesquisa/extensão.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto à participação direta do docente, 70% não gostariam de participar de um projeto de pesquisa e extensão contra 30% que gostariam de participar.

4.6 Conhecimento das ações da COEPAD

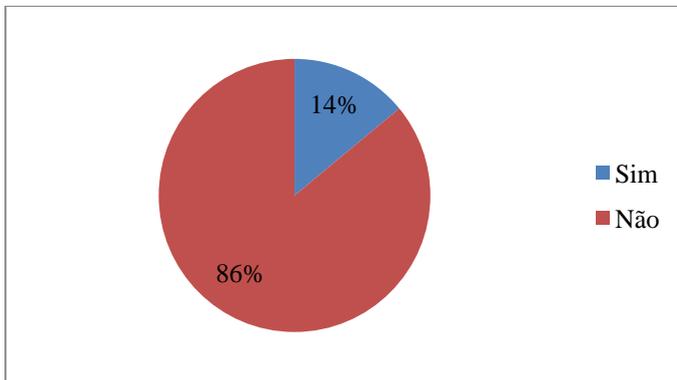


Gráfico 12 – Conhecem as ações da COEPAD?

Fonte: Elaborado pelo autor.

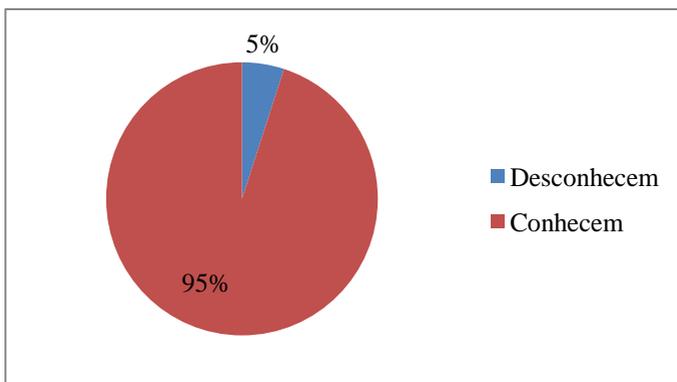


Gráfico 13 – Conhecimento da utilização de produtos da COEPAD na UFSC.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quanto ao conhecimento das ações da COEPAD dentro da UFSC o questionário mostrou que 86% não sabem de sua existência contra apenas 14% que conhecem. Ao mesmo tempo dos que conhecem o convênio 95% não sabiam que os canudos nos quais os diplomas de formatura são colocados e oferecidos aos alunos na solenidade de

colação de grau, são confeccionados pela cooperativa social de pais e portadores de deficiência – COEPAD, apenas conhecido por 5%.

4.7 Considerações sobre a análise quantitativa

Com os dados apresentados, puderam-se verificar algumas conclusões pontuais sobre o tema dos deficientes intelectuais. A grande maioria dos entrevistados (97%), como pode ser visto no tópico de interpretação do papel da universidade, aprovam a participação da Universidade no tema estudado, mostrando que a Universidade deve ter um papel ativo neste problema.

Outro ponto interessante a se destacar, é a análise que os docentes têm perante a participação dos deficientes intelectuais no mercado de trabalho, com 87% de aprovação; isso demonstra que, pela percepção dos entrevistados, a inclusão desses no mercado pode causar um impacto positivo perante a sociedade.

Observa-se também, que apesar de praticamente 97% dos docentes conhecerem o problema do deficiente intelectual e considerarem a necessidade do papel ativo da UFSC, apenas metade 51% aborda o problema em sala de aula principalmente na questão da política pública de inclusão. Vê-se assim que há uma distância grande ainda a ser explorada na inserção do assunto em aula. Tal fato pode ser visto pelas próprias sugestões dos docentes que demandam capacitações ou desejam conhecer ou sociabilizar experiências.

Analisando-se estes dados, vemos que apesar de existir interesse dos docentes em trabalhar a temática em sala de aula, apenas metade realmente discute esses problemas com seus discentes, assim como em projetos de pesquisa, pois demanda uma especificidade do docente que será encontrada em poucos nichos, propostas multidisciplinares com análises sociais, educacionais e de saúde podem melhorar a percepção de um trabalho conjunto, no entanto, demandam a quebra de barreiras internas entre os departamentos e devem ser incentivadas institucionalmente. Esse cenário evidencia uma problemática no âmbito da sociedade, visto que o corpo docente da Universidade Federal de Santa Catarina reflete o preconceito e discriminação social em relação ao tema presente na mesma.

Tais dados demonstram também, que as ações administrativas da UFSC devem ser melhor divulgadas pois ações com grande cunho de responsabilidade social como esta acabam ficando invisíveis aos olhos da comunidade. Evidencia-se um problema de comunicação social, pois

ações como a citada, mesmo que presentes de forma física dentro do âmbito institucional, não chegam ao conhecimento dos indivíduos que atuam diretamente na UFSC e, com certo desinteresse em conhecer ações de natureza social.

4.8 Análise qualitativa dos questionários

Nessa seção serão apresentados os comentários e sugestões levantadas pelos docentes, durante a aplicação dos questionários. Destacam-se os apontamentos relatados nos itens a seguir.

No item “Promovendo e apoiando pesquisas científicas, trabalhos de monografia sobre o tema”, verificou-se que as sugestões levantadas apresentam maior convergência ao desenvolvimento de pesquisas relacionadas ao tema, com a consolidação de grupos de pesquisas e conhecimento da realidade e compreensão do fenômeno, como é possível apreender em percepções que abordam de forma pontual o assunto como “assegurar linha de pesquisa com esse foco”, “promover linhas e grupos de pesquisa” e a “realização de pesquisas e intervenções junto a instituições que atendem essa população”.

Tal percepção foi apresentada de forma mais abrangente destacando a necessidade de “incentivar entre os professores/pesquisadores o desenvolvimento de pesquisas que problematizem essa temática, no intuito de disseminá-la e de levar até às instituições os resultados para melhor compreensão do fenômeno”.

Pode ser verificada também em percepções que salientam a importância de desenvolver “estudos que avaliem o impacto da participação em atividades físicas nas habilidades cognitivas e sociais do deficiente” e que possam “trabalhar relações entre contextos sociais e a situação dada”, “desenvolvendo pesquisas que visem à elaboração de metodologias de ensino voltadas às pessoas com deficiência intelectual, associadas ao levantamento do contexto cultural de origem destes educandos, para buscar compreender que fatores podem contribuir para o desenvolvimento destas deficiências e, também, como minimizá-los dentro de ações pedagógicas”.

Verifica-se a necessidade de aproximação entre a realidade do deficiente intelectual e o contexto universitário para que ações efetivas possam ser realizadas de forma integrada, em perspectiva colaborativa, que supere a característica *top-down*, tradicionalmente utilizada, onde os projetos e ações são desenvolvidos por um único grupo, sem a participação dos atores envolvidos.

A transversalidade e a interdisciplinaridade, discussões latentes no dia a dia sobre o ensino e suas perspectivas, foram destacadas pelos docentes, sendo apresentadas como alternativas para a promoção de trabalhos que envolvam a deficiência intelectual, como é possível verificar nas seguintes sugestões: “promover demanda induzida de pesquisas; promoção de estágios e de discussão transversalizada na formação” e “promover trabalhos em conjunto com outros departamentos que podem ter como foco a formulação de ferramentas capazes de identificar possíveis habilidades que podem ser exploradas em indivíduos com deficiência intelectual.”

O segundo aspecto mais referenciado está relacionado ao ensino, principalmente sobre a oferta de disciplinas relacionadas ao tema, visível nas seguintes sugestões: “oferta de disciplinas na graduação e pós-graduação que abordem o tema”, “incluir discussão e estudos sobre o tema nas disciplinas”, “promover discussões sobre o tema inclusão e deficiência intelectual”, “formação de professores para a inclusão de alunos com deficiência” e “dialogar tentando demonstrar determinadas construções sociais sobre o tema provenientes do século XIX.”.

Verifica-se que o assunto é pouco trabalhado em discussões acadêmicas e que a oferta de disciplinas relacionadas é bastante restrita, se não, inexistente, o que demonstra que o interesse efetivo pelo assunto ainda não é perceptível na UFSC.

Sobre o tema extensão universitária, destacaram-se alguns poucos aspectos pontuais, a saber: “inclusão dos deficientes intelectuais em projetos de extensão abertos à comunidade” e “promover parcerias através de projetos de extensão para desenvolver ações de integração e inserção em espaços de socialização, de estudos e de lazer.”

Por fim, apresentou-se comentário de ordem geral, refletindo uma necessidade ampla, não restrita a um aspecto pontual do tripé universitário:

- a) “Contratar mais professores que atuam com a temática deficiência para, juntamente com os professores já envolvidos com a temática, desenvolverem pesquisas, atividades de extensão e projetos visando a inclusão social”;
- b) “Fomentar a noção de tolerância e de respeito à diversidade do que é humano e rediscutir o próprio conceito de “normalidade”.”.

É importante destacar algumas das ações que já vem sendo realizadas de forma pontual, no âmbito dos centros e dos departamentos de ensino e de outras unidades da UFSC, como, por exemplo, estudos desenvolvidos pelo Grupo de Estudos em Gestão Social do Centro

Sócio-Econômico da UFSC. Todavia, é perceptível certo distanciamento do corpo docente em relação às práticas já em curso, e certo desapego em ações concretas que contribuam para o desenvolvimento do tema e de pessoas relacionadas.

No item “apoiando estágios de alunos de cursos como: Psicologia, Pedagogia, Libras, Educação Física e outros junto à instituição que trabalhem com eficientes intelectuais adultos”, destacaram-se, primordialmente, aspectos pontuais relacionados à promoção de estágio em instituições dessa natureza, como a “ampliação da relação dos cursos com os serviços de atendimento, por meio da inserção de estagiários e bolsistas”, a “promoção de estágios de observação”, “estabelecer a obrigatoriedade dos estágios contemplarem atuação com deficientes intelectuais adultos” e a “orientação de estágios obrigatórios e não obrigatórios junto a instituições educacionais que atendem adultos com deficiência intelectual”. Refletiu-se também a necessidade de abrir novos caminhos para que os estágios possam ser realizados, através da “identificação dos campos de estágio” e da “promoção de termos de cooperação e de espaço de estágio com essas instituições”.

Alguns docentes levantaram a necessidade de fomentar as iniciativas e possibilidades já existentes dentro do âmbito institucional, divulgando e fortalecendo estágios e trabalhos pedagógicos que possam ser realizados em instituições voltadas aos deficientes intelectuais, como é vislumbrado nos comentários a seguir: “difundir e aumentar iniciativas já existentes de trabalho pedagógico diferenciado, não apenas com deficientes” e “maior divulgação da disciplina de estágio supervisionado em educação especial, pois estágios são desenvolvidos em instituições especiais e nas escolas regulares.” Além da necessidade da preparação dos discentes para atuarem em atividades dessa natureza, como “promover pelo departamento de Sociologia e Ciências Políticas ações para preparar o discente nos termos sociais, analisando o contexto de um determinado texto”.

Foram apresentadas sugestões, em menor escala, relacionadas à atuação e participação de docentes, como “aproximar a coordenação pedagógica dos departamentos e os próprios docentes de outros departamentos que trabalham de maneira mais ativa com a questão”, ressaltando troca de saberes e experiências entre os centros e departamento de ensino da UFSC, que muitas vezes, trabalham de forma isolada, valorizando a integração. Os entrevistados sugeriram também “aumentar o número de docentes que podem orientar estágios na área”,

o que necessitaria de maior comprometimento e esforço de todos os atores institucionais para que fosse concretizado.

De forma sintética foram apresentadas considerações sobre projetos de pesquisa e extensão, como “promover projetos de pesquisa interdisciplinares, com triangulação de metodologias de pesquisa das diferentes áreas do conhecimento” e “promover projetos de extensão interdisciplinares, envolvendo os diferentes acadêmicos”. Novamente a questão da interdisciplinaridade se faz presente nas considerações dos docentes, reforçando a necessidade de maior integração institucional, para que projetos de cunho social possam se desenvolver, reforçando não só a imagem institucional, como legitimando a UFSC e seus atores perante a sociedade que acolhe e mantém.

Aspectos como “divulgar as possibilidades de inserções profissionais” e “trazer deficientes intelectuais que estão no mercado de trabalho para darem palestras para os alunos”, foram apresentados e trazem a perspectiva profissional como reforço, em vista a superar o pressuposto assistencialista em atividades desenvolvidas com deficientes intelectuais e integrá-los com a comunidade acadêmica, permitindo a troca de experiência e saberes.

Sobre o item “incentivando através de projetos a criação de um programa de integração para portadores de deficiência intelectual adulta”, alguns docentes salientaram a necessidade de criação e desenvolvimento de ações que promovam a integração dos portadores de deficiência em fase adulta, envolvendo sua formação, atividades de apoio e parcerias com cursos específicos, como a “criação de um programa de inclusão em parceria com o curso de fonoaudiologia”, a “promoção de ações de extensão voltadas para a formação e atendimento especializado dos sujeitos com deficiência intelectual” e “promover a sensibilização com projetos de extensão”.

A integração entre diferentes cursos e docentes na elaboração e desenvolvimento de projetos foi novamente destacada, como é possível verificar em comentários como “incentivar a colaboração entre departamentos”, “desenvolvimento de projetos de extensão que integrem estudantes de diferentes áreas de conhecimento” e “incentivar projetos entre os professores para inclusão nessa temática e nessas ações.”

Aspectos pontuais foram destacados, envolvendo a participação do corpo administrativo da UFSC na “promoção de atividades de apoio administrativo que podem ser realizadas por pessoas com deficiência intelectual, e provavelmente algumas outras. A universidade como um todo poderia desenvolver ações de inclusão mais efetivas, com a

concessão de bolsas para esse apoio, por exemplo.” A promoção da convivência entre adultos deficientes e estudantes também foi apontada.

Foram apresentados comentários que reforçavam a inclusão dos deficientes e fortalecimento de projetos já existentes na Universidade, como “possibilitar uma maior interação trazendo os portadores de eficiência intelectual para dentro da Universidade, promovendo assim, maior interação e possibilidade de realização de diferentes tipos de atividades”, “disseminar uma ação concreta e disponibilizada a alunos de toda a Universidade por meio da criação das oficinas de Organização e Métodos de Estudo, que objetiva potencializar as estratégias de aprendizagem de alunos com dificuldades” e “ampliar a relação do curso com os serviços de atendimento a essas pessoas por meio da inserção de estagiários e bolsistas”.

Os docentes destacaram que incluir os deficientes em projetos e ações já existentes seria de mais-valia que a criação de atividades específicas para deficientes intelectuais: “incluir o portador de deficiência intelectual nos projetos já existentes. Acredito que pouco se teria de ganho ao criar grupos específicos para deficientes intelectuais”.

Sobre a questão levantada se “a Universidade deve incentivar a criação de projetos de preparação de seus professores e alunos para atuar e interagir com o deficiente intelectual”, a maioria dos docentes apresentou sugestões relacionadas ao incentivo através de ações de capacitação e formação dos docentes: “promover capacitações”, “promover cursos de capacitação”, “promover formações continuadas”, investir na “formação para professores, servidores técnicos e estudantes sobre a inclusão social de pessoas com deficiência intelectual”, e que para que isso seja efetivado sugeriu-se que “sejam procurados especialistas na questão que possam conduzir cursos de formação aos docentes e técnicos sobre o tema” e seja “oferecido suporte pedagógico para o trabalho com adultos com deficiência intelectual”.

Alguns docentes acreditam que a criação de projetos de preparação é primordial para que ações possam ser desenvolvidas junto aos deficientes intelectuais, como é perceptível no depoimento a seguir: “esta, para mim, é uma ação fundamental, (...) há certas diferenças que necessitam de formação mais específica, no sentido de possibilitar aos professores uma maior familiaridade com as diferenças, fato que refletiria na lida com estas nos momentos de prática pedagógica e, mesmo, nos questionamentos dos estudantes sobre estas especificidades. Creio que seminários de socialização de práticas seriam uma boa ação para podermos compartilhar nossos estudos”.

Os docentes comentaram sobre a existência de iniciativas relacionadas a projetos com portadores de deficiência: “os departamentos poderiam auxiliar na formação desses professores. Já há uma iniciativa nesse sentido com o núcleo de acessibilidade onde contamos com profissionais do Centro de Educação - CED envolvidos”.

Outros acreditam que o incentivo possa ocorrer por meio da ampliação da relação entre Universidade e deficientes intelectuais, através de ações como a realização de “atividades interdisciplinares para a preparação dos alunos com os grupos de deficientes intelectuais”, a “ampliação da relação do Curso com os serviços de atendimento a essas pessoas por meio da inserção de estagiários e bolsistas” e o “envolvimento dos professores de disciplinas afins (ex.: Educação Física Adaptada) em projetos de extensão já existentes”.

Foi destacado pelos docentes que ações poderiam ser desenvolvidas através de atividades físicas e esportivas, “por meio de projetos que associem pesquisa e extensão com a realização de diferentes atividades físicas e esportivas com essa população”. Vale lembrar aqui que atividades dessa natureza são desenvolvidas pelo Departamento de Educação Física, com o programa Atividade Motora Adaptada da Grande Florianópolis, que atende a comunidade e também proporciona ações de pesquisa, ensino e extensão, aprofundando conhecimentos e experiências em educação física especial. (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2010).

Sugestões de ordem geral também foram relatadas: “buscar recursos via Administração Central e outros órgãos para serem direcionados a projetos nessa temática” e “solicitar aos docentes do departamento de psicologia que trabalham com deficiências para que contribuam com a elaboração de propostas para essa preparação.”.

As contribuições apresentadas pelos docentes questionados são muito pertinentes e sugerem ações que efetivamente podem ser levadas à administração universitária para serem estudadas e implantadas. Ressalta-se uma reflexão necessária sobre o desconhecimento das atividades relacionadas a portadores de deficiência, considerando que muitas das sugestões apresentadas já são ações concretas e os entrevistados demonstram desconhecer o trabalho institucional e não possuem qualquer vínculo com atividades correlatas.

Verificou-se que muitos deles vincularam o desconhecimento e não envolvimento em projetos relacionados a portadores de deficiências devido à carga excessiva de trabalho, conforme depoimentos: “apesar de achar a iniciativa super importante, creio que o modo de vida acadêmico que estamos experienciando não nos permite mais "abrir" nosso leque de

desejos de pesquisa”; “considero a temática da pesquisa de grande relevância, porém, é importante destacar as condições de trabalho dos docentes da UFSC - grande parte deles, ao menos - inviabilizam qualquer outra atividade além das já assumidas”; “gostaria apenas de justificar minha resposta negativa à participação em projetos. Respondo que não porque não tenho carga horária para mais projetos. Já estou envolvida em muitas atividades além da carga horária de ensino.”

Constata-se que a maneira como as atividades acadêmicas estão estruturadas e exigências impostas aos docentes, dificultam o envolvimento em projetos e atividades que estejam fora de sua área específica de atuação.

Dentre as observações registradas, foram apresentadas relevantes reflexões sobre o tema, que envolvem a necessidade da superação do caráter assistencialista e/ou paternalista e do preconceito, o entendimento do deficiente como parte ativa do tecido social e como cidadão.

Comentários como “é preciso romper com preconceitos que colocam a pessoa com deficiência numa condição de "coitado", "assexuado" e "infeliz" e “estas pessoas não devem ser alvo de caridade ou benevolência, mas tratados com dignidade e com a compreensão de que são capazes de aprender”, reforçam o entendimento de que a superação do paradigma dominante no que tange a pessoa com deficiência e suas capacidades precisa ser superado, inclusive no que tange sua inserção profissional: “não creio que a inserção de alunos com deficiência intelectual em tarefas manuais ajude, significativamente, esses sujeitos a obterem dignidade e respeito perante a sociedade, pois as instituições especializadas muitas vezes tratam os alunos com deficiência intelectual como se estes se constituíssem, somente, pela sua deficiência e por isso não os ensinam.”

Os docentes apresentaram considerações sobre o termo "Portador de Deficiência Intelectual", que carregaria uma visão centrada no indivíduo, sendo mais adequado o termo "pessoa com deficiência intelectual", pois “valorizaria o sujeito como pessoa e porque entendo que ele não é portador de uma deficiência, pois tem um funcionamento dentro do padrão definido como deficiência intelectual” e sobre a necessidade de sensibilização dos discentes, visto ser de fundamental importância “preparar os alunos para que eles possam aprender a conviver com as diferenças e também sensibilizá-los para que percebam a deficiência como inerente à condição humana, uma vez que o envelhecimento produz deficiências.”

Por fim, destacam-se considerações como “a temática é invisível no meio acadêmico”, denotando crítica ao descaso e desinteresse com o tema; “não tenho experiência na área de deficiência intelectual, (...) por isso não escrevi nenhuma sugestão”, evidenciando a falta de conhecimento sobre o assunto e ações desenvolvidas, mesmo em âmbito institucional; e “gostaria de parabenizar a iniciativa do projeto e reforçar a necessidade de discussão do tema na comunidade universitária”.

O conhecimento sobre ações que são desenvolvidas em âmbito institucional, as possibilidades de atuação dentro delas e de promoção de novas iniciativas precisam ser disseminados para que atinjam um número maior de indivíduos, em especial, dentro da própria UFSC, que por essência deveria ser o berço de iniciativas que promovam a cidadania e o desenvolvimento social.

As sugestões levantadas pelos docentes possuem grande potencial de promover melhorias na forma como a temática é trabalhada dentro da Universidade Federal de Santa Catarina, necessitando primordialmente da interação entre administração universitária, suporte acadêmico docente e discente e sociedade civil, onde a temática é vivenciada, em um esforço conjunto de conscientização e sensibilização sobre o assunto, para que o compromisso social passe a integrar a agenda de todos os atores institucionais.

5 CONCLUSÕES

Com o intuito de elaborar uma conclusão para o estudo realizado, serão percorridas nessa etapa as considerações finais da presente pesquisa, buscando relatar as características relevantes do estudo, assim como sugestões para organização e para trabalhos futuros dessa área.

Nesse sentido, resgatam-se os objetivos apresentados no início do trabalho, visando verificar se esses foram alcançados. No que tange o primeiro objetivo específico, situar o portador de deficiências intelectuais em fase adulta nos contextos internacional e nacional, verificou-se que discussões sobre a deficiência intelectual ganharam grande destaque na última década, desde a nomenclatura de tal deficiência até aspectos legais. Tal movimento ocorreu, primeiramente, em âmbito mundial, refletindo em grande escala no Brasil, com avanços significativos, principalmente na legislação. Constatou-se na literatura que os principais progressos envolvendo a deficiência intelectual foram alcançados através de conferências e programas realizados por órgãos, como a Organizações das Nações Unidas. Contudo, destaca-se que culturalmente o progresso encontra-se em ritmo lento, visto que o caráter assistencialista e paternalista ainda apresenta forte influência nas ações desenvolvidas junto à deficiência intelectual.

O segundo objetivo específico visava conhecer o papel da Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC quanto à sua contribuição junto aos Deficientes Intelectuais, especialmente junto à Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência - COEPAD, sob a perspectiva dos docentes da Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC. Verificou-se que a Universidade apresenta poucos projetos ligados à deficiência intelectual. O único vínculo exclusivo refere-se à parceria realizada com a COEPAD, que se consolida com a concessão de um espaço no Centro de Eventos da UFSC, para comercialização dos produtos da organização. O Centro de Desportos – CDS apresenta iniciativas de ordem geral, que podem incluir os deficientes intelectuais em suas atividades. A pesquisa permitiu constatar que existe um grande desconhecimento, por parte dos docentes pesquisados, sobre tais ações.

Desta forma, verifica-se a falta de consonância entre as práticas da UFSC com a gestão social, em vista de sua pouca contribuição junto aos deficientes intelectuais, pois se pressupõe que em uma gestão para e com o social o envolvimento de todos os atores sociais deve ser privilegiado e fomentado.

O terceiro e último objetivo específico, propor ações que possam contribuir para o fortalecimento do papel da Universidade Federal de Santa Catarina / UFSC junto aos portadores de deficiências intelectuais em fase adulta, acredita-se que seja necessário um movimento de sensibilização e mobilização da comunidade acadêmica, para que iniciativas que integrem universidade e sociedade civil possam ser realizadas, visando promover ações efetivas junto aos deficientes intelectuais e organizações específicas envolvidas com o assunto, melhorando a qualidade de vida, o desenvolvimento dos deficientes e promovendo uma real inclusão social. O envolvimento de todos os atores sociais universitários é de extrema importância para que a promoção de pesquisas acadêmicas, projetos de extensão, estágios, e apoio institucional possam ser viabilizados para e com, deficientes intelectuais e organizações dessa natureza.

Visto os objetivos específicos, resgata-se o objetivo geral da presente pesquisa, de analisar o papel da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em ações junto a Deficientes Intelectuais, em especial, junto à Cooperativa Social de Pais, Amigos e Portadores de Deficiência – COEPAD, sob a perspectiva dos docentes da Universidade. Verificou-se que os docentes reconhecem a importância do tema e que o mesmo deveria estar na pauta de discussões universitárias. Os pesquisados, em grande maioria, entendem que o tema relacionado à deficiência intelectual deve ser trabalhado em sala de aula, desenvolvido em linhas de pesquisas específicas e promovido em atividades de extensão. Especificamente sobre a Coepad, que a grande maioria dos docentes desconhece as atividades da instituição dentro da UFSC. A importância da aproximação entre Universidade e comunidade foi outro ponto relevante da pesquisa, seja ela realizada através da pesquisa, extensão ou o fomento de estágios em organizações sociais.

Quanto às atividades desenvolvidas em âmbito acadêmico, constatou-se que as mesmas ainda são pouco percebidas pela comunidade acadêmica. O envolvimento dos discentes em atividades voltadas aos deficientes intelectuais ainda é incipiente, assim como o interesse efetivo no desenvolvimento de atividades dessa natureza, ainda que sua relevância seja reconhecida. A carga excessiva de trabalho dos docentes foi apontada como causa do baixo potencial de envolvimento futuro de docentes em novas atividades, como as relacionadas à deficiência intelectual.

Os pesquisados destacam a importância de fomento institucional para o desenvolvimento de atividades aqui tratadas, através da promoção de projetos e atividades pedagógicas de capacitação de

docentes e discentes, pois segundo os mesmos, uma formação específica para atuar junto aos deficientes intelectuais é essencial para gerar maior familiarização com o assunto e melhor desempenho nas atividades. Tal formação poderia ter grande impacto em outro aspecto bastante relevante apresentado na pesquisa, que envolve uma mudança cultural quanto às concepções e preconceitos envolvendo a deficiência intelectual. A quebra dos paradigmas assistencialista e paternalista que permeiam o tema se constituiria em um grande avanço para o rompimento de preconceitos e a promoção da inclusão e da cidadania. Assim sendo, a gestão social configura-se como uma alternativa democrática e participativa para orientar as ações da UFSC, através da promoção da participação e inclusão social, tendo em vista o protagonismo da sociedade civil nas relações que a Universidade estabelece com a comunidade.

5.1 Recomendações

A Universidade, como promotora da formação de milhares de pessoas e que procura ultrapassar as fronteiras do conhecimento, possui um importante papel no desenvolvimento e promoção de ações que contribuam para a melhoria da qualidade de vida e inclusão social dos deficientes intelectuais. Nesse sentido, o estreitamento da relação entre Universidade, sociedade e organizações sociais, pautado por imperativos de gestão social, voltados à deliberação, ao consenso, e a ativa participação da sociedade, é contingente para que a Universidade possa cumprir seu papel social, com a comunidade que a acolhe e mantém, promovendo o bem comum e a cidadania, tendo como orientação a gestão social. Em vista destes pressupostos, trabalhos que venham a aprofundar a temática aqui tratada, assim como explorar aspectos que não foram contemplados na presente pesquisa, serão, indubitavelmente, de grande valia para o progresso acadêmico, de organizações sociais e, conseqüentemente, da sociedade civil.

REFERÊNCIAS

AAMR – AMERICAN ASSOCIATION ON MENTAL RETARDATION – **Mental Retardation: definition, classification, and systems of support**. 9th ed. Washington, AAMR, 1992.

ALESC – ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, (2011). Disponível em: http://www.alesc.sc.gov.br/portal/imprensa/leitor_noticia.php?codigo=27676. Acesso em: 23.nov.2011.

AMARAL, Lígia Assumpção. **Pensar a diferença: deficiência**. Brasília: Corde, 1994.

ANDRADE, Maria de Fátima Sarmiento de. **Cooperativas sociais como possibilidade de trabalho e renda para o aluno com deficiência mental e sua família: uma revisão bibliográfica**. 2009. 64 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista) - Curso de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva, Instituto Federal de Educação Tecnológica de Mato Grosso, Cuiabá, 2009.

ARANHA, M. S. F. **A integração social do deficiente: análise conceitual e metodológica**. São Paulo: Sorri-Brasil/Corde, 1994.
ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE. Disponível em: http://www.apaeflorianopolis.org.br/artigo_texto.php?det=89. Acesso: 23.nov.2011.

BARTALOTTI, C. C. **Inclusão Social das Pessoas com Deficiência: utopia ou possibilidade**. São Paulo: Paulus, 2006.

BRASIL (1985). Lei nº 7.405, de 12/11/1985. Dispõe sobre o símbolo Internacional de Acesso. Disponível em: <http://www.mpdft.gov.br/sicorde/lei7405-1985.htm>. Acesso em: 24.nov.2011.

BRASIL (1988). Lei nº 7.713 de 22 de dezembro de 1988. Altera a legislação do imposto de renda e da outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7713.htm. Acesso em: 24.nov.2011.

BRASIL (1988). Lei nº 8.160, de 22 de dezembro de 1988. Altera a legislação do imposto de renda e da outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7713.htm. Acesso em: 24.nov.2011.

BRASIL (1989). Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7853.htm. Acesso em: 24.nov.2011.

BRASIL (1990). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e da outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 24.nov.2011.

BRASIL (1990). Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8112cons.htm Acesso em: 24.nov.2011.

BRASIL (1991). Lei nº 8.160, de 8 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a caracterização de símbolo que permita a identificação de pessoas portadoras de deficiência auditiva. Disponível em: <http://www.soleis.com.br/L8160.htm>. Acesso em: 24.nov.2011.

BRASIL (1991). Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e da outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8212cons.htm. Acesso em: 24.nov.2011.

BRASIL (1991). Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e da outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213cons.htm. Acesso em: 24.nov.2011.

BRASIL (1996). Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>. Acesso em: 24.nov.2011.

BRASIL (1999). Lei nº 9.867 de 10 de novembro de 1999. Dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, conforme especifica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9867.htm. Acesso em: 23.nov.2011.

BRASIL (1999). Ministério do Emprego e do Trabalho. Lei 8213 de 24 de julho de 1991. Legislação relativa ao trabalho de pessoas portadoras de deficiência: coletânea. Brasília: MTE, SIT/DSST, 1999.

BRASIL (2010). Decreto nº 129, de 22 de maio de 1991. Promulga a Convenção nº 159, da Organização Internacional do Trabalho - OIT, sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=112495>. Acesso em: 24.nov.2011.

BRASIL (2010). Decreto nº 7.256, de 4 de agosto de 2010. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1024427/decreto-7256-10>. Acesso em: 24.nov.2011.

BRASIL. IBGE. **Censo 2000.** Disponível em: <ibge.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2011

CARRETTA, Regina Yeneko Dakuzaku. **Pessoas com deficiência organizando-se em cooperativas: uma alternativa de trabalho?** 2004. 173 f. Tese (Doutorado) - Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

Disponível em:

<http://www.btdt.ufscar.br/htdocs/tedeSimplificado/tede_arquivos/neto@200.136.241.56/1/TDE-2005-02-15T13:35:13Z-511/Publico/TeseRYDC.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2012.

CARTA PARA O TERCEIRO MILÊNIO, (1999). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/carta_milenio.pdf. Acesso em 24.nov.2011.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. **Metodologia científica**: para uso de estudantes universitários. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983)

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, (1988). Disponível em:

http://bdjur.stj.gov.br/xmlui/bitstream/handle/2011/33653/Constitui%C3%A7%C3%A3o_Rep%C3%ABlica_Federativa_Moraes_33.ed.pdf?sequence=1. Acesso em: 24. nov.2011.

CONVENÇÃO SOBRE OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (2007). Disponível em:

<http://www.acessibilidadeweb.com/luso/Convencao.pdf>. Acesso em: 24.nov.2011.

DECLARAÇÃO DE DIREITOS DO DEFICIENTE MENTAL,

(1971). Disponível em: <http://www.cedipod.org.br/w6ddd.htm>. Acesso em: 25. nov. 2011.

DECLARAÇÃO DE MADRI, (2002). Disponível em:

<http://www.bancodeescola.com/madri.htm>. Acesso em: 24.nov.2011.

DECLARAÇÃO DE MONTREAL SOBRE DEFICIÊNCIA INTELLECTUAL ,(2004). Disponível em:

http://www.defnet.org.br/decl_montreal.htm .Acesso em: 25.nov.2011.

DECLARAÇÃO DE SAPPORO, (2002). Disponível em:

www.cedipod.org.br/Declaração%20de%20Sapporo.doc. Acesso em: 24.nov.2011.

DECLARAÇÃO DE WASHINGTON, (1999). Disponível em:

http://www.cvi.org.br/declaracao_wash.asp. Acesso em: 24.nov.2011.

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO DEFICIENTE, (1975).

Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf. Acesso em 25.nov.2011.

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DE MONTREAL SOBRE INCLUSÃO, (2001). Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf. Acesso em: 24.nov.2011.

DOWBOR, L. **Gestão Social e transformação da sociedade**. In: DOWBOR, L. KILSZTAJN, S. (org.). *Economia Social no Brasil*. São Paulo: SENAC, 2001.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz et al. *Economia social no contexto da gestão do sistema cooperativista: uma revisão de conceitos*. **Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**: Sinergia, Rio Grande, v. 11, n. 02, p.21-28, fev. 2007.

ETHOS. **Responsabilidade Social das Empresas: Percepção do Consumidor Brasileiro**. (2001). Disponível em: http://www.ethos.org.br/Uniethos/Documents/pesq_consum_2001.pdf. Acesso em: 23.nov.2011.

FRANÇA FILHO, G. C.. **Definindo Gestão Social**. Disponível em: <http://www.gestaosocial.org.br/conteudo/quemsomos/extensao/gestao-responsabilidade-social-empresarial-e-desenvolvimento/bibliografia-basica/01%20Genauto.pdf>>. Acesso em: 23. nov. 2011.

GIL, A. C.. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. Atlas. São Paulo: Atlas, 1993.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo; Atlas 2007.

GODOY, A. S.. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. São Paulo: Revista de Administração de Empresas, v. 35, n. 2, mar/abr 1995.

IBGE (2000). *Censo Demográfico, 2000*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/censo/>. Acesso em 20.mar.2012.

HERREN, H.; HERREN, M. P. **Estimulação psicomotora precoce**. Porto Alegre, Artes Médicas, 1986.

HIRANO, S. *et al.* **Pesquisa social: projeto e planejamento**. 2ed. São Paulo: T.A. Queiroz, 1998.

LAMA, D. **Uma ética para o Novo Milênio**. 5.ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

NETO, Pedro L. C. **Estatística**. Ed. Blucher Ltda, 1977.

NOGUEIRA, O. **Pesquisa Social:** introdução às suas técnicas. São Paulo: Nacional, 1975.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, (1983a). . Convenção 159. Convenção sobre Reabilitação Profissional e Emprego de Pessoas Deficientes (1983a). Disponível em: <http://www.cedipod.org.br/w6oit159.htm> Acesso em 25.nov.2011.

OIT - ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, (1983b). Recomendação 168. Recomendação sobre a reabilitação profissional e o emprego de pessoas portadoras de deficiência. Disponível em: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=legislacao&cat=6&cod=43>. Acesso em: 25.nov.2011.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, (1982). Resolução A/RES/47/3. Dia Internacional das Pessoas com Deficiência (1982). Disponível em: <http://www.cedipod.org.br/Dia3.htm>. Acesso em 25.nov.2011;

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, (1990). Resolução 45/91. “Uma sociedade para todos” . Disponível em: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=legislacao&cat=6&cod=38>. Acesso em 25.nov.2011.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, (1993) . Resolução 48/96. Normas sobre a Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência. (1993). Disponível em: <http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=legislacao&cat=6>. Acesso em 25.nov.2011.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Normas sobre a equiparação de oportunidades para pessoas com deficiência. São Paulo: APADE/CVI-NA, 1996.

PMF - PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS.

Disponível em:

<http://www.pmf.sc.gov.br/entidades/semas/index.php?cms=cmdpd&menu=6>. Acesso em: 23.nov.2011.

PORTARIA Nº 4.677, de 29 de julho de 1998. Disponível em:

<http://www3.dataprev.gov.br/SISLEX/paginas/66/MPAS/1998/4677.htm> Acesso em: 24.nov.2011.

PORTARIA Nº 537/99, de 1º de outubro de 1999. Aprova a composição e o funcionamento do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE. Disponível em:

http://www.mp.sc.gov.br/legisla/fed_ato_port_res/portaria/1999/cdh_pf_537_99mjgm.htm. Acesso em: 24.nov.2011.

PROGRAMA DE AÇÃO MUNDIAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS, (1982). Disponível em:

http://portal.mj.gov.br/corde/progra_acao_mundial.asp. Acesso em: 25.nov.2011.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (Rais) (2007).

Disponível em: <http://www.bengalalegal.com/emprego>. Acesso em: 24.nov.2011.

RELATÓRIO SOCIAL (2010). Relatório Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Curitiba: Editora Progressiva, 2012.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RUDIO, F. V. **Introdução ao projeto de pesquisa científica**. 17ª ed.. Petrópolis: Vozes, 1992.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Atualizações semânticas na inclusão de pessoas: Deficiência mental ou intelectual? Doença ou transtorno mental?.** **Revista Nacional de Reabilitação**, n IX, p.9-10, mar-abr 2005.

SASSAKI, Romeu. **Deficiência intelectual e inclusão** – Parte 2. **Revista Reação**, ano X, n. 55, p. 8-10, mar./abr. 2007.

SILVA, A. A. **A gestão da seguridade social brasileira: entre a política pública e o mercado.** São Paulo: Cortez, 2004.

SILVA, O. M. **A epopéia ignorada: a pessoa deficiente na história do mundo e de hoje.** São Paulo: Cedas, 1987.

SNDH - SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA . Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/corde/>. Acesso em: 24.nov.2011.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; Otani, Nilo. **TCC: métodos e técnicas.** Florianópolis: Visual Books, 2007.

TENÓRIO, F. G. **Gestão Social: Uma Perspectiva Conceitual.** Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro v.32, n 5, p.7-23, set-out. 1998.

TENÓRIO, F. G. **(Re) visitando o conceito de gestão social.** IN: Junior, Jeová Torres Silva org. **Gestão social: práticas em debate, teorias em construção.** Fortaleza: Imprensa Universitária, 2008.

TRIVIÑOS. A.N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação.** 1º Ed. São Paulo: Atlas, 1992.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

YIN, R. K. **Case study research: Design and methods.** EUA: Sage Publications, 1990.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO

MESTRADO PROFISSIONAL EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA MESTRANDO: LUIZ ROBERTO BARBOSA

Caro docente, Estamos desenvolvendo uma pesquisa relativa ao tema da inclusão dos deficientes intelectuais em fase adulta e o papel da UFSC. A inclusão de alunos que apresentam, necessidades educacionais especiais vem mobilizando a sociedade e toda a comunidade escolar frente a este novo modelo de escola, onde todos os alunos devem estar incluídos nas salas de aulas, do ensino regular. O papel dos futuros profissionais, atualmente alunos da UFSC, nesse movimento faz com que a escola reflita sobre princípios desse novo paradigma, que vai desde a convivência com esses alunos em um mesmo espaço até uma mudança na organização de todo o trabalho pedagógico da escola. Em relação ao aluno deficiente intelectual, acreditamos que o papel do docente é fundamental para que sua educação, realizada dentro desse paradigma da inclusão, possa constituir uma experiência fundamental que venha a definir o sucesso ou fracasso de seu futuro processo de inclusão na sociedade. Desse modo, todos os indivíduos inclusive os deficientes intelectuais, devem ter garantido seu direito de acesso e permanência na escola pública gratuita e de qualidade, possibilitando, assim, uma vida independente e uma postura crítica frente aos fatos ocorridos no cotidiano. Esta pesquisa faz parte do trabalho de Mestrado Profissional em Administração Universitária. Gostaríamos de contar com a sua colaboração. A pesquisa leva 2 minutos e não identifica a pessoa que responde.

Dados do Professor Entrevistado

Titulação *

Idade *

- entre 20 e 30 anos
- entre 31 e 40 anos
- entre 41 e 50 anos
- entre 51 e 60 anos
- acima de 60 anos

Sexo *

Centro em que ministra aulas *

- Centro de Ciências da Saúde – CCS
- Centro de Desportos – CDS
- Centro de Ciências da Educação – CED
- Centro Sócio-Econômico – CSE
- Centro Tecnológico – CTC
- Centro de Comunicação e Expressão – CCE
- Centro de Ciências Jurídicas – CCJ
- Centro de Ciências Agrárias – CCA

- Centro de Ciências Biológicas – CCB
- Centro de Ciências Físicas e Matemáticas – CFM
- Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH

Assinale abaixo, apenas se você ministra aulas nestes cursos *

libras, psicologia, fonoaudiologia, serviço social, pedagogia e educação física.

Questões relativas ao tema "Deficiente Intelectual"

1) Você conhece algum deficiente intelectual? *

- Sim
- Não

Se sim, qual o grau de relacionamento?

- Amigo
- Familiar
- Convivência no trabalho
- Outro

2) Como você vê a inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho? *

- Positiva

- Negativa
- Indiferente

3) No mundo existem 600 milhões de pessoas com deficiência, representando 10% da população mundial, sendo que 5% destes são deficientes intelectuais. Você considera que a universidade, de modo geral, deve ter um papel ativo no apoio e na inclusão dessas pessoas? *

- Sim
- Não

Se a resposta anterior for SIM, responda. Caso contrário vá para a próxima questão: De acordo com os estudos, um dos deficientes que mais tem dificuldade em sua inclusão social no mundo do trabalho é o deficiente intelectual adulto. Como você considera que a universidade pode contribuir para a mudança desse paradigma? Assinale cada ação abaixo com escala de 1 a 5 sendo 5 o de maior importância.

Promovendo e apoiando pesquisas científicas, trabalhos de monografia sobre o tema.

Apoiando estágios de alunos de cursos como: de Psicologia, Pedagogia, Libras, Educação Física e outros junto à instituição que trabalhem com deficientes intelectuais adultos.

Incentivando através de projetos a criação de um programa de integração para portadores de deficiência intelectual adulta.

A universidade deve incentivar a criação de projetos de preparação de seus professores e alunos para atuar e interagir com o deficiente intelectual.

4) Enquanto professor, você aborda a questão da deficiência intelectual na sala de aula? *

- Sim
 Não

Se a resposta for “sim”, responda como:

- Incentivando a pesquisa sobre o tema
 Discutindo o papel das políticas públicas de inclusão.
 Discutindo a forma de desenvolvimento da profissão do curso perante as pessoas com deficiência intelectual.
 Outras formas

5) Você considera interessante que os alunos da sua disciplina participem de estágios junto a instituições que atuem com deficientes intelectuais adultos. *

- Sim
1. Não

6) Você gostaria de participar de um projeto de pesquisa/extensão junto a entidades que trabalham com deficiência intelectual? *

- Sim
- Não

7) Você sabe que a UFSC tem um convênio com uma cooperativa de deficientes mentais (COEPAD) *

- Sim
- Não

8) Você sabia que os canudos nos quais os diplomas de formatura são colocados e oferecidos aos alunos na solenidade de colação de grau, são confeccionados pela cooperativa social de pais e portadores de deficiência – COEPAD. *

- Sim
- Não

9) Escreva abaixo, caso deseje fazer outras observações.

